



Anais da Assembléia

Nº 166

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO

3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI

4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|------------------------------|
| Governo | Deputado ALGACI TÚLIO |
| PDT | Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI |
| PMDB | Deputado CAÍTO QUINTANA |
| PFL | Deputado ÉLIO RUSCH |
| PT | Deputado ÂNGELO VANHONI |
| PP | Deputado SÉRGIO SPADA |
| PPR | Deputado CÉSAR SELEME |
| PSC | Deputado JOCELITO CANTO |
| PTB | Deputado NELSON JUSTUS |
| PSDB | Deputado CEZAR SILVESTRI |

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1995
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Toti Colaço.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Valmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagem:

MENSAGEM N° 079/95

Curitiba, 13 de novembro de 1995.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que as autarquias e fundações criadas na estrutura do Poder Executivo, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro, exclusive os recursos de aplicação

vinculada.

A medida constante do anteprojeto de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, sendo indiscutivelmente oportuna e necessária, eis que ensejará condições legais para implantação do sistema de transferência ao Tesouro Estadual de saldos financeiros disponíveis em Autarquias e Fundações pertencentes ao Executivo, além de autorizar a instituição de uma gestão unificada dos recursos financeiros de sua administração, direta e indireta.

Tal proposição justifica-se pela necessidade de dotar a Administração Estadual de um sistema de vasos comunicantes de recursos financeiros disponíveis em determinadas ocasiões pelas unidades da administração indireta (autarquias e fundações), passíveis de serem transferidos ao Tesouro Estadual, sem prejuízo dos programas desenvolvidos pelas unidades quando de eventuais necessidades de recursos adicionais. No inciso I, do artigo 2º, é prevista autorização ao Poder Executivo para a operacionalização do sistema, limitando em até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro o montante possível de transferência, mediante o estabelecimento do período base de apuração contábil do saldo financeiro disponível, do percentual e do prazo para o recolhimento ao Tesouro, conforme definições técnicas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda, e, no inciso II, do mesmo artigo, está contida autorização para abertura dos necessários créditos adicionais para a execução da transferência de recursos financeiros, conforme disposições da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964.

Por fim, o inciso II, do artigo 2º, do anteprojeto de lei em causa, autoriza o Poder Executivo a instituir a Gestão Unificada dos Recursos Financeiros do Estado, envolvendo recursos de todas as fontes e proporcionando o controle global das disponibilidades financeiras da administração.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 23.11.95

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As autarquias e fundações, criadas no Poder Executivo, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro, exclusive os recursos de

aplicação vinculada.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - estabelecer o período base de cálculo, o percentual e o prazo para o recolhimento ao Tesouro Geral do Estado, do numerário mencionado no art. 1º desta lei, conforme definido pela Secretaria de Estado da Fazenda;

II - abrir créditos adicionais necessários ao processamento da transferência de recursos financeiros das entidades a que se refere o artigo anterior, utilizando como recursos o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; e

III - instituir a gestão unificada dos recursos financeiros de todas as fontes do Poder Executivo, a ser conduzida pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofícios:

OFÍCIO Nº 0958

Curitiba, 19 de setembro de 1995.
Senhor Presidente.

Nos termos do artigo 127, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 65 e 114, § 2º, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa o incluso anteprojeto de lei que visa instituir o quadro e o plano de carreira dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 23.11.95

(a) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO

Procurador-Geral de Justiça

JUSTIFICATIVA:

Com a edição da Carta Constitucional de 1988, é de todos sabido terem sido conferidas ao Ministério Público um conjunto de atribuições, prerrogativas e características que culminaram por alojá-lo em situação sui generis na estrutura organizacional do Estado, de indisputável relevo entre os poderes que o compõem.

Com efeito, da leitura que se efetue do disposto pelo artigo 127 e seus parágrafos, da Constituição da República, emerge estar a Instituição Ministerial posicionada entre os denominados órgãos estatais independentes, "originários da Soberania e representativos dos Poderes do Estado, colocados no ápice da pirâmide go-

vernamental, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e só sujeitos aos controles constitucionais de um Poder pelo outro. Por isso são chamados órgãos primários do Estado. Esses órgãos detêm e exercem principalmente as funções políticas, judiciais e quase judiciais outorgadas diretamente pela Constituição, para serem desempenhadas pessoalmente por seus membros (agentes políticos, distintos de seus servidores, que são agentes administrativos), segundo normas especiais e regimentais" (Hely Lopes Meirelles, in Revista Justitia, vol. 89, pp. 261/262).

Com base em tal conformação, foram elencadas na Carta Magna, na Lei 8625/93 e, esparsamente, em outros textos legais, de modo não taxativo, aquelas funções institucionais que, ao ver do legislador, por estarem cravadas de maior significado, estão a cargo do Ministério Público.

Incumbe-lhe, assim, a par da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, entre tantas outras relacionadas nos textos de lei referidos.

Objetivando ao atingimento de tais desideratos, além da estrutura institucional e administrativa já existente, foram criados os Centros de Apoio Operacionais, em número de onze, a saber: Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais; Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência; Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente; Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Patrimônio Público; Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Execução Penal; Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais; Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa do Consumidor; Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente; Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Saúde e Segurança do Trabalhador; Centro de Apoio Operacional das Promotorias Cíveis; Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais.

Além disso, pretendendo possibilitar o acesso da população à Justiça aos demais serviços prestados pelo Estado, foram criadas as Promotorias das Comunidades, as quais, atualmente em número de seis, encontram-se instaladas nos bairros mais populosos da Capital. E, de outro lado pretende-se, para breve, a ampliação desse número, bem como implementar iniciativa

análoga nas Comarcas de maior densidade populacional.

É desnecessário enaltecer o aspecto de que a possibilidade de efetiva consecução dos encargos decorrentes de tais atribuições reside tanto nos Procuradores e Promotores de Justiça quanto no aparato de recursos humanos e materiais que lhes dá suporte. Mas é precisamente na deficiência destes recursos humanos, máxime no que tange aos de capacitação técnica especializada, que se encontra o ponto de estrangulamento do Ministério Público, pois a estrutura apoio que o serve flagrantemente está a exigir imediato redimensionamento.

Com esse propósito, e apenas para exemplificar, cite-se a atuação do Ministério Público na defesa do patrimônio público; para desincumbir-se de tão relevante mister, não dispõe em seus quadros sequer de um único auditor que possa auxiliar na investigação das irregularidades praticadas contra o Estado, acarretando isso, a toda evidência, indesejáveis dificuldades para responsabilização de seus autores.

O mesmo se diga quanto à atuação na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, do consumidor, do meio ambiente e demais áreas abrangidas pelos Centros de Apoio Operacionais, sem exceção carentes de pessoal habilitado a prestar o devido auxílio às atividades institucionais.

De outro vértice, em face da intensa participação dos Procuradores de Justiça nos processos que tramitam perante os Tribunais de Justiça e Alçada, revela-se imprescindível tenham eles a sua disposição assessoria jurídica individualizada que, por sua natureza peculiar, recomenda seja provida comissionadamente. Desnecessário salientar que a nomeação dos ocupantes de tais cargos obedecerá a rígidos critérios de seleção, observando-se principalmente o impedimento previsto no artigo 72, da Lei nº 8.625/93, a teor do qual veda-se, na espécie em referência, a contratação de cônjuges e parentes até o 2º grau.

Quanto aos Promotores de Justiça que atuam nas 146 Comarcas do Estado, não dispondo eles também de qualquer estrutura de apoio, estão obrigados a desempenhar tarefas não diretamente relacionadas com suas específicas funções institucionais, circunstância por si só suficiente para justificar a criação dos cargos Oficiais de Promotoria.

Em síntese, pretende-se que esta augusta Casa de Leis, sensível às iniciativas que venham em proveito da sociedade, oferecendo sua imprescindível contribuição no aprimoramento do Anteprojeto de Lei que ora se submete à apreciação, faça por aprová-lo, instrumentalizando assim o Mi-

nistério Público com um quadro funcional habilitado a colaborar no desempenho de suas funções legais e constitucionais.

ANTEPROJETO DE LEI

Institui o quadro e o plano de carreira dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 1º - O quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná é constituído de cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

§ 1º - Os cargos de provimento efetivo são reunidos em grupos ocupacionais, integrados em níveis, com denominações específicas, na forma do Anexo I, e identificados em razão da natureza do trabalho.

§ 2º - Os grupos ocupacionais a que se refere o parágrafo anterior são os seguintes:

I - Grupo Ocupacional Superior; composto de funções que exigem conhecimentos teóricos e práticos de curso superior, para desenvolver atividades de assessoramento e outras correlatas;

II - Grupo Ocupacional Intermediário; composto de funções que exigem conhecimentos em nível de segundo grau e cujas tarefas se caracterizam por certa complexidade;

III - Grupo Ocupacional Básico; composto de funções que exigem conhecimentos em nível de primeiro grau.

§ 3º - A descrição das tarefas, atribuições, responsabilidades e demais características, pertinentes a cada cargo de provimento efetivo, serão especificadas em regulamento, a ser expedido pelo Procurador Geral de Justiça

§ 4º - Os cargos de provimento em comissão, constantes do Anexo II, são de livre nomeação e exoneração, por ato do Procurador Geral da Justiça.

Art. 2º - A investidura em cargo de carreira de provimento efetivo dependerá de aprovação prévia em concurso público, considerando-se como requisitos essenciais:

I - a nacionalidade brasileira;
II - a idade mínima de dezoito anos;
III - a conclusão do grau de escolaridade exigida para o cargo;
IV - a quitação com o serviço militar;
V - a quitação com as obrigações eleitorais;

VI - o gozo dos direitos políticos;
VII - não ter sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado, salvo reabilitação;

VIII - a aptidão física e mental para o cargo.

Art. 3º - O provimento do cargo efetivo dar-se-á no nível inicial de vencimento do grupo ocupacional.

Art. 4º - A posse no cargo dar-se-á perante o Procurador Geral da Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação do ato de nomeação, prorrogável por uma vez até igual período, a critério da Administração.

Parágrafo Único - No ato da posse o servidor apresentará, obrigatoriamente, declaração de bens e de não estar no exercício de outro cargo, emprego ou função pública.

Art. 5º - Após o enquadramento de que trata esta lei, a progressão do servidor efetivo dar-se-á através de:

I - Progressão por mérito, que consiste na passagem do servidor de um nível para o imediatamente subsequente, dentro do mesmo grupo ocupacional, após cumprido interstício de um ano de efetivo exercício no nível em que se encontrava.

II - Progressão por antigüidade, que consiste na passagem do servidor de um nível para o imediatamente subsequente, dentro do mesmo grupo ocupacional, após cumprido interstício de três anos de efetivo exercício no nível em que se encontrava.

Art. 6º - O desempenho do servidor efetivo será aferido anualmente, pela chefia imediata, segundo critérios fixados pelo Procurador Geral da Justiça, cabendo ao Departamento de Recursos Humanos a coordenação e acompanhamento das avaliações.

§ 1º - Não será concedida progressão por mérito ao servidor que não obtiver grau mínimo quando da avaliação de desempenho, na forma do estabelecido em regulamento.

§ 2º - O servidor poderá recorrer do resultado de sua avaliação, no prazo de 10 (dez) dias a contar da divulgação, ao Procurador Geral de Justiça, que decidirá em igual prazo.

Art. 7º - O servidor autorizado a participar de eventos necessários a sua capacitação profissional, com ônus ou ônus limitado, comprometer-se-á a ressarcir ao Ministério Público do Estado do Paraná o valor atualizado, correspondente ao custo total ou parcial do afastamento, em caso de posterior pedido de exoneração, conforme as hipóteses estabelecidas em regulamento.

Art. 8º - A instauração de procedimento para apuração de falta disciplinar suspenderá, até final decisão, o prazo do es-

tágio probatório.

Art. 9º - Os vencimentos dos servidores ativos e inativos do quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná são os constantes das tabelas I, II e III, do Anexo III.

Art. 10 - Os vencimentos dos cargos em comissão são os constantes da tabela do Anexo IV.

Art. 11 - O número de cargos efetivos do quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná fica definido no Anexo I.

Art. 12 - O número de cargos de provimento em comissão fica definido no Anexo II.

Art. 13 - As gratificações de função e os respectivos valores, a serem atribuídos pelo Procurador Geral de Justiça, são os constantes do Anexo V.

Art. 14 - O Procurador Geral de Justiça poderá atribuir aos servidores gratificação pela realização de trabalho técnico ou científico.

Art. 15 - O enquadramento dos servidores ativos e inativos, no quadro a que se refere o artigo 1º, far-se-á no nível de resultar da proporcionalidade havida entre a posição em que se encontrava na tabela de vencimentos básicos e a posição correspondente na nova tabela de vencimentos, guardada a correspondência do cargo com o respectivo grupo ocupacional na forma do Anexo VI.

§ 1º - Para os fins deste artigo os grupos ocupacionais atualmente existentes ficam transformados na forma do anexo I, considerado o nível de escolaridade correspondente.

§ 2º - No caso de servidores inativos, será considerado o cargo respectivo à data da aposentação, se o vencimento deste resultar em maior benefício.

§ 3º - Os cargos do quadro vigente, que não correspondam a nenhum dos criados por esta Lei e cujos ocupantes atuais sejam enquadrados na nova tabela de vencimentos, na forma prevista neste artigo, serão extintos à medida em que ocorrer a sua vacância.

Art. 16 - Aos servidores de que trata a presente lei, aplica-se subsidiariamente o Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná - Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 17 - As despesas decorrentes da

execução da presente lei correrão à conta da Dotação Orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

e seu parágrafo único e o artigo 3º, ambos da Lei nº 8.371, de 14 de outubro de 1986, e a Lei nº 10.125, de 29 de outubro de 1992 e demais disposições em contrário.

Art. 18 - Ficam revogados o artigo 2º

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| GRUPO OCUPACIONAL | CARGO | QUANTIDADE | NÍVEL | TABELA |
|-------------------|---------------------------|------------|-------|--------|
| SUPERIOR | ASSESSOR JURÍDICO | 034 | 01/22 | III |
| | ADMINISTRADOR | 008 | 01/22 | III |
| | ECONOMISTA | 001 | 01/22 | III |
| | CONTADOR | 016 | 01/22 | III |
| | AUDITOR | 020 | 01/22 | III |
| | ENGENHEIRO FLORESTAL | 001 | 01/22 | III |
| | ENGENHEIRO DE SEGURANÇA | 001 | 01/22 | III |
| | QUÍMICO | 001 | 01/22 | III |
| | MÉDICO DO TRABALHO | 001 | 01/22 | III |
| | ASSISTENTE SOCIAL | 014 | 01/22 | III |
| | PSICÓLOGO | 008 | 01/22 | III |
| | ANALISTA DE SISTEMAS | 002 | 01/22 | III |
| | PEDAGOGO | 003 | 01/22 | III |
| | JORNALISTA | 001 | 01/22 | III |
| | BIBLIOTECÁRIO | 002 | 01/22 | III |
| | ESTATÍSTICO | 002 | 01/22 | III |
| | RELAÇÕES PÚBLICAS | 001 | 01/22 | III |
| | SECRETÁRIA EXECUTIVA | 001 | 01/22 | III |
| TOTAL | | 117 | | |
| INTERMEDIÁRIO | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 087 | 01/22 | II |
| | OFICIAL DE PROMOTORIA | 342 | 01/22 | II |
| | SECRETÁRIA | 019 | 01/22 | II |
| | AUXILIAR DE ENFERMAGEM | 001 | 01/22 | II |
| | TÉCNICO EM HARDWARE | 004 | 01/22 | II |
| | TÉCNICO DE SUPORTE | 006 | 01/22 | II |
| | PROGRAMADOR | 003 | 01/22 | II |
| | ALMOXARIFE | 001 | 01/22 | II |
| | TÉCNICO EM CONTABILIDADE | 004 | 01/22 | II |
| | IMPRESSOR GRÁFICO | 001 | 01/22 | II |
| | MECÂNICO | 002 | 01/22 | II |
| TOTAL | | 470 | | |
| BÁSICO | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | 061 | 01/22 | I |
| | AUXILIAR DE ALMOXARIFE | 004 | 01/22 | I |
| | TELEFONISTA | 018 | 01/22 | I |
| | RECEPCIONISTA | 005 | 01/22 | I |
| | MOTORISTA | 028 | 01/22 | I |
| | AGENTE DE MANUTENÇÃO | 006 | 01/22 | I |
| | AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS | 028 | 01/22 | I |
| | VIGIA | 018 | 01/22 | I |
| | ASCENSORISTA | 004 | 01/22 | I |
| TOTAL | | 172 | | |
| TOTAL GERAL | | 759 | | |

ANEXO II

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

| SIMBOLOGIA | DENOMINAÇÃO | Nº DE CARGOS |
|------------|--------------------------------|--------------|
| AE-1 | Diretor-Geral | 1 |
| DAS-1 | Assessor Especial | 2 |
| DAS-1 | Secretário de Gabinete | 1 |
| DAS-2 | Diretor da Assessoria Jurídica | 1 |
| DAS-2 | Diretor de Departamento | 5 |
| DAS-2 | Secretário do CSMP | 1 |
| DAS-3 | Assessor do Diretor- Geral | 1 |
| DAS-4 | Assessor de Imprensa | 1 |
| DAS-4 | Coordenador de Informática | 1 |
| DAS-5 | Vice-Diretor de Departamento | 5 |
| DAS-5 | Assessor | 5 |
| DAS-5 | Assessor Jurídico | 58 |
| DAS-5 | Assessor de Cerimonial | 1 |
| 1-C | Assistente | 6 |
| 2-C | Assistente | 6 |
| 3-C | Assistente | 6 |
| TOTAL | | 101 |

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

TABELAS DE VENCIMENTOS

| TABELA I GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO | | TABELA II GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO | | TABELA III GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR | |
|--------------------------------------|--------|--|----------|--|----------|
| NÍVEL | VALOR | NÍVEL | VALOR | NÍVEL | VALOR |
| 1 | 422,83 | 1 | 697,86 | 1 | 1.330,82 |
| 2 | 432,53 | 2 | 714,21 | 2 | 1.362,11 |
| 3 | 442,67 | 3 | 730,95 | 3 | 1.394,02 |
| 4 | 453,04 | 4 | 748,07 | 4 | 1.426,68 |
| 5 | 463,65 | 5 | 765,60 | 5 | 1.460,11 |
| 6 | 474,51 | 6 | 783,54 | 6 | 1.494,32 |
| 7 | 485,63 | 7 | 801,90 | 7 | 1.529,33 |
| 8 | 497,01 | 8 | 820,66 | 8 | 1.565,16 |
| 9 | 508,65 | 9 | 839,91 | 9 | 1.601,84 |
| 10 | 520,57 | 10 | 859,59 | 10 | 1.639,37 |
| 11 | 532,76 | 11 | 879,73 | 11 | 1.677,78 |
| 12 | 545,24 | 12 | 900,35 | 12 | 1.717,09 |
| 13 | 558,02 | 13 | 921,44 | 13 | 1.757,32 |
| 14 | 571,09 | 14 | 943,03 | 14 | 1.798,49 |
| 15 | 584,47 | 15 | 965,12 | 15 | 1.840,63 |
| 16 | 598,16 | 16 | 987,74 | 16 | 1.883,76 |
| 17 | 612,16 | 17 | 1.010,88 | 17 | 1.927,89 |
| 18 | 626,52 | 18 | 1.034,56 | 18 | 1.973,06 |
| 19 | 641,19 | 19 | 1.058,80 | 19 | 2.019,29 |
| 20 | 656,22 | 20 | 1.083,61 | 20 | 2.066,60 |
| 21 | 671,59 | 21 | 1.109,00 | 21 | 2.115,03 |
| 22 | 687,32 | 22 | 1.134,99 | 22 | 2.164,58 |

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO V

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

| Denominação | Nº de funções | Valor |
|-------------|---------------|--------|
| GF1 | 30 | 146,15 |
| GF2 | 30 | 194,85 |
| GF3 | 30 | 243,57 |

| | |
|---|--------|
| MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ | |
| ANEXO IV | |
| CARGOS EM COMISSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| A - CARGOS DE ASSESSOR ESPECIAL | |
| SÍMBOLO AE - 1..... | 811,76 |
| B - CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR | |
| SIMBOLO DAS-1..... | 498,91 |
| SIMBOLO DAS-2..... | 440,34 |
| SIMBOLO DAS-3..... | 410,39 |
| SIMBOLO DAS-4..... | 350,91 |
| SIMBOLO DAS-5..... | 320,96 |
| C - CARGOS EM COMISSÃO | |
| SIMBOLO 1-C..... | 207,12 |
| SIMBOLO 2-C..... | 191,28 |
| SIMBOLO 3-C..... | 176,57 |
| SIMBOLO 8-C..... | 119,70 |

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3473

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 485/95, que aprova crédito suplementar à Secretaria de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 486/95, que aprova crédito suplementar ao Orçamento do DECOM.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3478

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 486/95, Mensagem n° 080/95.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 3500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Resolução n° 58/95 dos Deputados Emerson Nerone Joel Coimbra e Marquinhos Alves que revoga a Resolução 40/91 que autorizou a realização de plebiscito para criar Iguatemi do Paraná, desmembrado de Maringá.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(aa) EMERSON NERONE

JOEL COIMBRA

MARQUINHOS ALVES

REQUERIMENTO N° 3501

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n° 57/95, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que revoga a Resolução n° 14/95, que autorizou a realização de plebiscito para a criação do Município de Novo Pirapó.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 3514

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, REQUEREM à Mesa, com fundamento no art. 182 do Regimento Interno deste Poder, e, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência à votação do Projeto de Lei n° 202/95, que dispõe sobre alteração da Lei n° 8.358/86, de forma à atualizá-la frente as modificações introduzidas pelo novo estatuto das licitações.

A proposição supra encontra-se na Comissão de Fiscalização desde o dia 23 de agosto último, vencendo, portanto, o prazo regimental para emissão de parecer e apreciação pelo Plenário da Casa.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(aa) ÂNGELO VANHONI

EMERSON NERONE

DOUTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO N° 3524

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n° - Mensagem n° 079/95.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 3509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação do Projeto de Resolução n° 58/95 dos Deputados Emerson Nerone e Marcos Alves que revoga a Resolução n° 40/95 que autorizou a realização de plebiscito para criação de Iguatemi do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 3470

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a retirada do Projeto de Resolução n° 057/95, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, por 2 sessões, retornando para a votação no dia 29 de novembro de 1995.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3483

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem REQUEREM à Casa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta data, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Miguel Pedro Abib, de Rio Azul; re-

querendo mais que seja dado conhecimento desta manifestação à família do ilustre cidadão desaparecido, na pessoa do seu filho, Dr. Abib Miguel, Diretor Geral da Assembléia Legislativa.

Miguel Pedro Abib, casado com Dona Edwiges Abib, deixa os filhos: Abib, Rosemeri, Anuar e Eden. Seu falecimento deu-se ontem em Curitiba, sendo o corpo transferido para Rio Azul, onde foi velado e sepultado com grande acompanhamento de amigos, familiares e admiradores de sua vida e obra: como comerciante conceituado, empresário de construção de estradas e um dos fundadores daquele Município do Sules-te Paranaense.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(aa) CARLOS SIMÕES, MILTON PUPPIO, RENY BORSATTO, ORLANDO PESSUTI, AUGUSTINHO ZUCCHI, EDUARDO TREVISAN, IRONDI PUGLIESI, PÉRICLES DE MELLO, IRINEU COLOMBO, VALDIR ROSSONI, TOTI COLAÇO, LUIZ CARLOS MARTINS, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, SÂMS DA SILVA, LUIZ CARLOS ZUK, MARQUINHOS ALVES, NEIVO BERALDIN, NELSON TURECK, EDSON SILVA LINO, ANIBAL KHURY, DUÍLIO GENARI, EDNO GUIMARAES, NELSON GARCIA, JOÃO TECHY, ANTONIO BELINATI, BETO RICHIA, RICARDO CHAB, JOEL COIMBRA, LUIZ ACCORSI, CAÍTO QUINTANA, NELSON JUSTUS, DOUTOR ROSINHA, ALGACI TÚLIO, RENATO ADUR, CESAR SELEME e PLAUTO MIRÓ GUIMARAES.

REQUERIMENTO N° 3486

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ivo Alberto Pasa, ocorrido em data de 15/11/95 em Cruz Machado.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 38 anos faleceu, o Senhor Ivo Alberto Pasa, em data de 15/11/95.

O extinto deixa viúva Dona Ivone Zak-seski Pasa e 04 (quatro) filhos.

O passamento de Ivo Alberto Pasa veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de Seus filhos; sua Alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Ivo Alberto Pasa.

O tempo e a distância jamais poderão

apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Ivo Alberto e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pasa, endereçando a ela voto de profundo pesar e rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 3502

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de profundo pesar aos Senhores Abib Miguel, Anuar Miguel Abib, Rosimary Abib, Ehden Abib e Edvirges Abib, pelo falecimento do Senhor Miguel Pedro Abib, em 21 de novembro de 1995.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência à Diretoria Geral desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 3503

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família de Miguel Pedro Abib, falecido no dia 21 de novembro de 1995, em Rio Azul - Paraná.

Que a família enlutada tome ciência deste requerimento.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 3504

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Miguel Pedro Abib, pai do Diretor desta Casa de Leis, Abib Miguel, ocorrido no dia 21 próximo passado.

O Senhor Miguel Pedro Abib, nascido em 15 de julho de 1910, no Líbano, veio com irmãos para o Brasil, em 1918, radicando-se no Paraná na região Sudeste, onde foram os pioneiros na fundação do Município de Rio Azul.

Homem honesto, trabalhador, dedicado, estabeleceu-se no ramo do comércio e, devido ao seu espírito desbravador, alguns anos mais tarde fundou a construtora de estradas SULBRAS Ltda., que muito contribuiu para o crescimento e progresso do Estado do Paraná, em especial das regiões

Sul e Sudeste.

Casado com a Senhora Edwirges Abib, deixa 4 filhos: Abib Miguel, Anuara Miguel Abib, Rosemary Abib Lacerda e Edeu Abib; 2 noras, 1 genro, netos e bisnetos.

O passamento do Senhor Miguel Pedro Abib deixa uma enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos; porém nem o tempo, nem a distância poderão jamais apagar de nosso coração a lembrança e o exemplo desse homem que soube conquistar o amor, carinho e amizade de todos que tiveram a oportunidade de conhecê-lo e conviver com ele.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Abib, enviando a ela voto de profundo pesar, endereçado à Senhora Edwirges Abib, Rua Jesuíno Lopes, nº 206 - Seminário - Curitiba / Paraná.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 3505

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Doutor Abib Miguel, Digníssimo Diretor Geral deste Poder Legislativo, contendo votos de pesar, extensivo a todos os seus familiares, pelo falecimento do seu genitor, Senhor Miguel Pedro Abib, ocorrido no último dia 21 do corrente mês, com seu sepultamento realizado no dia de ontem, na Cidade de Rio Azul do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

Nada mais justo do que este Poder Legislativo, através de seus representantes constituídos e demais funcionários, compartilhe com o Doutor Abib Miguel, deste momento de tristeza, pelo falecimento de seu genitor, principalmente porque como Diretor Geral, tem demonstrado um espírito de companheirismo e amizade para com todos, e acima de tudo pelo zelo e probidade com que tem desempenhado a função para qual foi escolhido.

REQUERIMENTO N° 3515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja enviado voto de pesar aos(as) Senhores(as) Abib Miguel, Anuar Miguel Abib, Rosimary Abib, Hedeu Abib e Edwirges Abib, pelo falecimento do Senhor Miguel Pedro Abib, no dia 21 de novembro de 1995, e que o mesmo seja enviado a Diretoria Geral desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 3518

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER o registro de um voto de profundo pesar pelo falecimento do estimado comerciante de Rio Azul, Senhor Miguel Pedro Abib, genitor do Diretor Geral desta Casa, Dr. Abib Miguel.

Miguel Abib, um dos fundadores daquela cidade do Sul do Paraná, ao falecer em idade provecta, deixa viúva e quatro filhos, tendo se destacado por suas atividades sociais e comunitárias, além de ter sido ativo empresário do comércio e da construção de obras. Destacou-se ainda, como um dos fundadores de Rio Azul, comunidade que sempre mereceu seu melhor empenho para o desenvolvimento e a integração.

Requer mais, que seja conhecida esta manifestação de luto através de mensagem à distinta família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 3465

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votos de congratulações pela passagem do 34º aniversário de emancipação política de Palmital, em 15 de novembro.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A grande extensão, a excelente produção agrícola e pecuária e o interesse dos moradores que formaram entre os pioneiros do Centro-Oeste paranaense, basilararam todo o processo social e político da emancipação de Palmital, que tem justificado plenamente o movimento que a originou. Pela expressão regional e estadual, merece o povo de Palmital a homenagem ora proposta, para a qual buscamos angariar a simpatia e o apoio unânime dos nobres Pares do Legislativo.

REQUERIMENTO N° 3466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votos de congratulações pela passagem do 49º aniversário de emancipação política de Laranjeiras do Sul, em 29 de novembro.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A grande extensão, a excelente produção agrícola e pecuária e o interesse dos moradores que formaram entre os pioneiros do Centro-Oeste paranaense, basilararam todo

o processo social e político da emancipação de Laranjeiras do Sul, que tem justificado plenamente o movimento que a originou. Pela expressão regional e estadual, merece o povo de Laranjeiras do Sul a homenagem ora proposta, para a qual buscamos angariar a simpatia e o apoio unânime dos nobres Pares do Legislativo.

REQUERIMENTO N° 3467

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela passagem do 35° aniversário de emancipação política de Inácio Martins, em 25 de novembro.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A grande extensão, a excelente produção agrícola e pecuária e o interesse dos moradores que formaram entre os pioneiros do Centro-Oeste paranaense, basilararam todo o processo social e político da emancipação de Inácio Martins, que tem justificado plenamente o movimento que a originou. Pela expressão regional e estadual, merece o povo de Inácio Martins a homenagem ora proposta para a qual buscamos angariar a simpatia e o apoio unânime dos nobres Pares do Legislativo.

REQUERIMENTO N° 3469

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Senhora Vaniol Oliveira Darcim, alusivos à reeleição da mesma para a Presidência da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, no Município de Manoel Ribas.

Requer ainda que do presente se dê ciência à homenageada, através de correspondência a ser encaminhada à Rua 7 de setembro n° 651, CEP: 85260-000, Manoel Ribas - PR.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Senhor Delvino Longhi, Prefeito Municipal de Pato Branco; ao Senhor Milton Marcante, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Pato Branco; e ao Senhor Roberto Vignó, Presidente da Sociedade Rural de Pato Branco, pela brilhante organização da IV EXPOPATO - Exposição Feira Agropecuária

Industrial e Comercial de Pato Branco, realizada naquele município, de 18 a 19 de novembro de 1995.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Pela organização e pelo profissionalismo com que a Coordenação realizou o evento, e pelo sucesso alcançado com a comercialização em todos os setores, especialmente na área de suinocultura.

REQUERIMENTO N° 3477

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção, na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações pelo transcurso dos 125 anos de emancipação política do Município de Rio Negro, ocorrida no último dia 15.

O Município de Rio Negro, um dos mais antigos do Paraná, tem sua origem ligada a Capitania de São Pedro do Sul, quando a região era cortada por tropeiros que conduziam o gado de Viamão, no Rio Grande do Sul, a Sorocaba, São Paulo. A construção da "Estrada da Mata", ligando a Vila do Príncipe, hoje Lapa, a Vila de Lages, em Santa Catarina, deu origem ao povoado que mais tarde transformou-se no Município de Rio Negro.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Senhor Prefeito Municipal de Rio Negro, Alceu Ricardo Swarowski e Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3480

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos à Sociedade Beneficente Árabe Brasileira, pela passagem do Dia Nacional do Líbano, ocorrido neste dia 22 de novembro.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Este pedido de votos de congratulações e aplausos, está sendo feita, com a finalidade de agradecer e parabenizar a grande Colônia Árabe, pelos trabalhos realizados em prol da Sociedade Curitiba e Paranaense, desejando à nova Diretoria que assume nesta data os trabalhos desta entidade.

REQUERIMENTO N° 3481

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação, nos Anais desta Casa, de votos de congratulações ao Jornal Gazeta do Paraná, pelo seu 4º aniversário de fundação, e que seja dado conhecimento desta proposição à Direção do mesmo, na pessoa do Senhor Marcos Formighieri.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Jornal Gazeta do Paraná, sediado em Cascavel, é um jovem jornal com apenas quatro anos de existência, e nesse pequeno espaço de tempo já conquistou a confiança e a preferência do público leitor, tornando-se um dos mais importantes do Paraná.

Sua circulação atinge diariamente cerca de 150 mil leitores, principalmente da Região Oeste e Sudoeste do Estado.

Seu quadro funcional, formado por profissionais da mais extrema competência, tem mantido a população sempre bem informada, levando ao seu conhecimento os fatos relevantes do dia-a-dia que fazem a história.

Esse periódico é um orgulho não só para Cascavel, mas para toda a imprensa paranaense, que está enriquecida com a participação do Jornal Gazeta do Paraná no seu meio.

REQUERIMENTO N° 3484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem de congratulações ao Jornal Gazeta do Paraná, da Cidade de Cascavel, pela passagem, no dia 22 de novembro, de seus 4 anos de existência.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) EDGARD BUENO

JUSTIFICATIVA:

Jornal de grande circulação e importância para a região Oeste do Estado, a Gazeta do Paraná merece a manifestação desta Casa de Leis por ocasião de seu 4º aniversário.

Apesar de jovem em idade, a Gazeta já leva à região Oeste e aos principais centros urbanos do Paraná uma informação rápida e segura, tendo investido maciçamente em tecnologia e qualidade de seu jornal.

A Gazeta representa um jornalismo dinâmico e moderno, que deve neste momento ser exaltado pela Assembléia Legislativa do Estado.

REQUERIMENTO N° 3488

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito

aplauso ao casal Maria José e Dario Adamovis que completou 25 anos de união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Prata, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e consideração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3493

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Bento e Maria de Freitas Lima Ribeiro que completou 25 anos de união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Prata, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e consideração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3499

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações a lideranças políticas e aos munícipes do pujante município de Engenheiro Beltrão, pela passagem de seu aniversário de Emancipação Política a ser comemorado no dia 26 de novembro.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Orlando Romeiro, Mui

Digno Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão, aos Vereadores Senhora Almerinda Serafim Borges, Presidente da Câmara Municipal; Antonio Carlos Neves; Balduino Minervino de Carvalho; Fausto Gonçalves Vieira, Joaquim da Fonseca Garcia Duarte; José Luiz; José Marins de Oliveira; Luiz Tavares Rosa e Ogamar Alvin Soares Linhares (Câmara Municipal de Engenheiro Beltrão, Rua Manoel Ribas, 160 CEP: 87270-000); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - cj. 101 - Ed. Centro Comercial, CEP: 87501-190 Umuarama).

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A data a ser comemorada com todas as famílias que moram em Engenheiro Beltrão é importante e enche de orgulho todos que ali nasceram e aqueles que a adotaram como terra-mãe.

Mais um ano de vida sempre renova a esperança e a certeza de que o crescimento de uma cidade depende dos seus moradores.

Meus cumprimentos às autoridades constituídas e às lideranças deste município que por fazer parte da nossa microrregião crescem juntos em harmonia, propiciando ao homem, ao trabalhador, cada vez mais condições de vida.

REQUERIMENTO N° 3507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao piloto Luis Ricardo Zonta, Campeão Brasileiro e Sulamericano de Fórmula 3.

Requer, ainda, que a decisão do duto Plenário seja comunicada ao nosso homenageado na Av. Iguazu, 2.698 - Ap. 15 - Edifício Royal Garden - Bairro Água Verde - CEP 80.240-030, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A cada ano, o automobilismo paranaense revela novos talentos nas diversas categorias.

No passado chamavam-se Pedro Muffato, Raul Boesel e Maurício Gugelmin, entre muitos outros.

Hoje, é Luiz Ricardo Zonta, que, aos 19 anos, conquistou por antecipação o Campeonato Brasileiro e Sulamericano de Fórmula 3.

Pelo que até agora já demonstrou, Luiz Ricardo Zonta desponta como um dos mais talentosos pilotos de sua geração, tendo tudo para brilhar nas categorias superiores.

REQUERIMENTO N° 3511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Rancho Alegre, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 3512

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Santa Cecília do Pavão, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 3516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o duto Plenário, REQUER envio de votos de congratulações aos cidadãos de Sabáudia, na pessoa do Senhor Prefeito Moacir Poletto, pelos 40 anos de criação do município, a ser comemorado em 26 do corrente.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Nas comemorações alusivas aos 40 anos de emancipação política do Município de Sabáudia, os paranaenses que nasceram naquele rincão, comemoram com alegria as festividades que se realizam por todo o mês. O Município de Sabáudia alcança sua maturidade, cumprindo com brilhantismo a tarefa de oferecer a seu cidadão as condições básicas para uma vida com dignidade.

Aos 40 anos, Sabáudia segue madura rumo ao desenvolvimento. Seus moradores, dos mais antigos ao que chegaram recentemente ao município, desfrutam as comodidades que o progresso vem trazendo, aliadas ao dia-a-dia pacato de uma cidade tranqüila e de grande desenvolvimento. Nestes 40 anos, Sabáudia cresceu muito, mas os valores morais de seus cidadãos permanecem os mesmos.

Por isso, a Assembléia Legislativa deste Estado, presta esta homenagem e parabeniza toda a comunidade de Sabáudia.

REQUERIMENTO N° 3519

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações com o maitre Erna-

ni Ribas do Vale, que há 30 anos exerce a atividade profissional de garçon no Restaurante Madalosso - considerado pelo Guinness Book o segundo maior restaurante do mundo - e, por sua dedicação tornou-se uma das figuras mais conhecidas do bairro de Santa Felicidade, em Curitiba. Bairro famoso por servir a tradicional comida italiana.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao maitre Ernani Ribas do Vale e à direção do Restaurante Madalosso.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3521

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembleia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações com a empresa Café Damasco, pelos 35 anos de atividades ininterruptas.

O Café Damasco, com sede em Curitiba, e líder permanente em seu setor, foi fundada pelas famílias Campos e Bueno e tem a sua história marcada pela constante preocupação com a qualidade de seu produto. Conta hoje com 370 funcionários e também é responsável por programas de preservação ambiental, de educação de trânsito, etc., o que, sem dúvida, a faz merecedora dos votos de congratulações e louvor desta Casa.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao seu diretor-presidente, Guimarães Taborda Bueno.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3523

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembleia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações com o advogado Paulo Henrique Lopes Furtado, eleito presidente do Clube Curitibano, após acirrada disputa.

O novo presidente administrará uma entidade tradicional que conta com cerca de 10 mil sócios, pelos próximos três anos. Sua posse ocorrerá a 6 de janeiro próximo.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado ciência ao Dr. Paulo Furtado e a diretoria atual, que na eleição do mesmo, teve confirmada a boa gestão do Clube Curitibano nos últimos três anos.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3525

Senhor Presidente.

O Deputado autor o presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações à Paróquia Nossa Senhora Medianeira, nesta Capital, pelo transcurso dos seus 40 anos de criação.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Criada em 1955 pelos padres dominicanos, a Paróquia Nossa Senhora Medianeira, localizada no Bairro do Ahú, levou cerca de 10 anos para ficar pronta e teve Frei Cláudio como o primeiro padre a officiar missa no local.

Consagrada à Maria, mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, a paróquia atinge, hoje, uma comunidade de aproximadamente 15 mil famílias, celebrando missas diariamente, batizando e desenvolvendo outras atividades próprias da igreja, além de ser da maior importância para o desenvolvimento do sentimento comunitário na região em que se situa.

Como ex-coroinha da paróquia e morador, há anos, no bairro Ahú, é-me particularmente grato apresentar o presente requerimento, registrando nos Anais do Poder Legislativo o transcorrer dos seus 40 anos de criação e enviar os nossos cumprimentos àquela comunidade, na pessoa do Pároco, Monsenhor José Jomar Barcellos.

REQUERIMENTO N° 3468

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de regozijo pelo transcurso do 30° aniversário da instalação do Município de Presidente Castelo Branco.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município homenageado.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Presidente Castelo Branco, anteriormente denominado Iraí, foi elevado à categoria de Distrito em 16 de março de 1954, através da Lei n° 53.

Em 21 de dezembro de 1964, através da Lei Estadual n° 4.992, recebendo a denominação de Presidente Castelo Branco, foi elevado à categoria de município, desmembrando-se de Nova Esperança.

O novo município foi instalado ofi-

cialmente no dia 19 de novembro de 1965, tendo como seu primeiro Prefeito eleito o Senhor Euclides Pavim.

Hoje, Presidente Castelo Branco é uma das mais progressistas cidades da região, oferecendo extraordinária contribuição para a grandeza do Paraná.

Na passagem do 30º aniversário de Presidente Castelo Branco, registramos as homenagens da Assembléia Legislativa do Paraná.

REQUERIMENTO N° 3476

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pelo transcurso do 41º aniversário da emancipação política do Município de Engenheiro Beltrão.

Requer-se, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara Municipal do Município homenageado.

Sala das Sessões, em 23.11.95

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Corria o ano de 1949 quando a Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda., resolveu fundar no eixo rodoviário que liga Campo Mourão a Maringá, um povoado, que recebeu a denominação de Engenheiro Beltrão, em homenagem ao diretor daquela Sociedade.

O progresso do povoado foi quase que instantâneo, tanto é que a 27 de janeiro de 1951, pela Lei 613, a nova localidade foi elevada à categoria de Distrito Administrativo e Judiciário.

Em 26 de novembro de 1954, pela Lei Estadual n° 253, Engenheiro Beltrão foi elevado à categoria de Município, desmembrando-se de Peabiru, tendo como seu primeiro Prefeito Municipal o Sr. Joaquim Antonio Bueno.

A destacada posição que hoje ocupa no Estado, é devida a garra e espírito de luta de seu povo, razão suficiente para que recebam todos os beltrãoenses as homenagens mais sinceras da Assembléia Legislativa do Paraná.

REQUERIMENTO N° 3489

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Sr. Romeo Gabardo, nascido em 29/07/1914, e que está completando 61 anos de atividades na Indústria J. Bettega S/A., nesta Capital.

É funcionário dessa empresa há 61 anos, sendo admitido em 17/03/1934, como Auxiliar de Escritório. Sempre trabalhou com muita responsabilidade e dedicação, motivo de sua ascensão ao cargo de Tesoureiro da empresa onde ocupa essa função há mais de 50 anos.

Sua vida sempre foi pautada com muita seriedade, coerência e profissionalismo, motivo pelo qual permanece há 61 anos num mesmo local de trabalho, comprovando-se o seu brilhante desempenho profissional e humano, acima de tudo. Pessoas como o Sr. Romeo devem ser tomadas como exemplo e ao mesmo tempo agraciadas por todos nós.

Parabéns ao Sr. Romeo Gabardo, exemplo de dignidade e respeito para com seus familiares, amigos e colegas de serviço. Diante dos fatos, merece ser homenageado por esta Casa de Leis através deste voto de louvor, consignando-se o reconhecimento de todos nós!

Sala das Sessões, em 23.11.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3522

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações com o Capitão da Polícia Militar do Estado, Heraldo Regis Borio da Silva, pelos relevantes serviços prestados à educação.

O Capitão Heraldo, durante cinco anos exerceu suas funções no Colégio da Polícia Militar, onde sua dedicação, como Diretor de Turma, no apoio, orientação e encaminhamento dos alunos o fez grangear a estima e o respeito dos mesmos, como dos pais e de seus superiores. Deixa agora o Colégio da PM para servir, também no setor educacional, a Academia Militar do Guatupê.

Para que possa o exemplo desse militar ser seguido, no preparo de nossa juventude, é que requeremos a manifestação desta Casa.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado ciência ao Comando Geral da PMPR, Cel. Daniel Cesar Mainguê, ao Sr. Diretor do Colégio da Polícia Militar, Major Neuri Pires de Oliveira e ao Capitão Heraldo Regis Borio da Silva.

Sala das Sessões, em 23.11.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3487

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consig-

nação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Negro, pelo transcurso de seus 125 anos de Emancipação Política, dia 15/11.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Alceu Ricardo Swarowski, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Sr. José Valmor Ribeiro Nardes, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, cumprimentem a laboriosa população de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 23.11.95

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Rio Negro, no último dia 15 de novembro, comemorou festivamente seus 125 anos de emancipação política.

É possível sentir e viver hoje a transformação de Rio Negro, com seu crescimento, com seus administradores de todos os tempos sempre preocupados com o bem estar de seu povo que, com muita garra presta sua colaboração em prol do desenvolvimento cada vez mais acentuado do Município.

É através desta proposição que queremos parabenizar toda a laboriosa população sincera e amiga de Rio Negro.

Ao contentamento de todos, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, para prestar uma homenagem de gratidão e reconhecimento. Homenagem esta extensiva a todos os seus administradores.

Com um trabalho integrado, com o espírito de luta de seu povo e a liderança de seu Prefeito Alceu Ricardo Swarowski, que não mede esforços para o engrandecimento do Município, contribuindo assim para o progresso do nosso Estado e do nosso País.

O aniversário de Rio Negro diz muito a todos nós paranaenses que amamos a nossa terra e a ela devotamos o melhor de nossas energias.

Portanto, foi com muito orgulho que toda a população comemorou a data magna do Município - 15 de novembro.

Compartilhando dessa alegria no transcurso de tão significativa data comemorativa de seus 125 anos de emancipação político-administrativa, renovamos nossa homenagem de reconhecimento a todos, na certeza de que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO N° 3462

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Sr. Ocimar Batista Bolicenho, Presidente do Paraná Clube (Av.

Presidente Kennedy, 2377, CEP: 80.610-010, Curitiba), solicitando explicações sobre cancelamento da partida entre o Paraná Clube e Santos Futebol Clube, pelo Campeonato Brasileiro, que seria realizada em Paranavaí no dia 12 de novembro deste.

Sala das Sessões, em 23.11.95

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Como é notório, Paranavaí conta com um monumental estádio de futebol, o qual já foi palco de partida envolvendo o selecionado brasileiro.

A população tem grande preferência pelo futebol, ainda mais quando se trata das partidas entre grandes clubes.

Todos estavam ansiosos para este evento a ser realizado no dia 12 de novembro deste, até que fora transferido o local para Curitiba.

Muitas foram as justificativas apresentadas extra-oficialmente, sem que convencesse a população.

É primordial o pronunciamento do Paraná Clube, a fim de esclarecer o porquê do cancelamento desta partida em Paranavaí, haja vista a frustração da população e as versões apresentadas.

Por isso, solicitamos a V. Sa. explicações sobre o cancelamento da partida em Paranavaí.

Aguardamos.

REQUERIMENTO N° 3471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Eng. João Alberto Sautchuk, DD. Diretor do 9° Distrito Rodoviário Federal, no sentido de que este determine a recuperação da BR-277, trecho interligando Curitiba-Paranaguá.

Requer outrossim, o envio de correspondência com inteiro teor do presente aos Prefeitos Municipais e Presidentes de Câmaras Municipais dos seguintes municípios: Paranaguá, Antonina, Matinhos, Guaratuba, Guaraqueçaba e Morretes.

Sala das Sessões, em 23.11.95

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se essencialmente na questão da conservação da mencionada rodovia, no momento lastimável, necessitando seu imediato recapeamento, sinalização e reforma dos acostamentos, tendo em vista o início da temporada de verão, quando circularão pela região, milhares de veículos de todas as procedências, inclusive do exterior, o que, face às atuais condições do trecho, aumenta sensivelmente a possibilidade de ocorrências de acidentes, sendo certo ain-

da que é muito grande o fluxo de veículos pesados pelo trecho mencionado.

REQUERIMENTO N° 3472

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Dr. Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que este determine a recuperação da Rodovia que liga Guaratuba a Garuva-SC, trecho Rio da Praia - Guaratuba.

Requer outrossim, o envio de correspondência alusiva ao presente ao DD. Prefeito Municipal de Guaratuba, Sr. José Ananias dos Santos, bem como ao Presidente da Câmara Municipal de Guaratuba Vereador Natanael Correa de Araújo.

Sala das Sessões, em 23.11.95

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento, eis que a mencionada rodovia encontra-se em estado lastimável de conservação, necessitando urgentemente de recapeamento, sinalização e reforma dos acostamentos, tendo em vista o início da temporada de verão, quando circularão pela região, milhares de veículos de todas as procedências, inclusive do exterior, o que, face as atuais condições do trecho, aumenta sensivelmente a possibilidade de ocorrências de acidentes.

Salienta-se, o fluxo de veículos com destino à Guaratuba, crescerá grandemente.

REQUERIMENTO N° 3479

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando uma Kombi para a Casa do Menor "Irmãos Cavanis" de Ponta Grossa, neste Estado.

Sala das Sessões, em 23.11.95

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Antonio e Marcos Cavanis, entidade mantenedora da Casa do Menor "Irmãos Cavanis" é considerada de Utilidade Pública pela Lei n° 8163, de 07.11.85, e está cadastrada junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Atende quase cento e sessenta (160) menores com refeições, vestuário, higiene e saúde, acompanhamento e reforço escolar, cursos semi-profissionalizantes, etc..

Atualmente a entidade possui uma Kombi com 12 anos de uso e com problemas de toda

ordem, devido a falta de manutenção adequada.

REQUERIMENTO N° 3482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Silvio Magalhães de Barros II, Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, solicitando a liberação de materiais esportivos, para a Escola Estadual Getúlio Vargas, da localidade de Fernandes Pinheiro, Município de Teixeira Soares.

Trata-se de justa reivindicação do Vereador João Vilmar Antunes Guimarães, que conta com nosso apoio. Ocorre que, a referida escola não possui nenhum material esportivo, ocasionando a total ausência de atividade esportiva e, considerando que os jogos escolares (fase municipal) do ano de 1996, serão realizados em Fernandes Pinheiro.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3485

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao DD. Prefeito Municipal de Curitiba, Senhor Rafael Greca de Macedo, para que envide esforços no sentido de pavimentar a Rua Lupianópolis, no Bairro Sítio Cercado, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido visa atender uma reivindicação da Associação de Moradores do Bairro Novo / Sítio Cercado, que reclamam da poeira ocasionada pelo grande movimento por aquela rua, de automóveis e caminhões.

Algumas senhoras que abordaram este Deputado, argumentaram que, além de facilitar o trânsito, este anti-pó, eliminaria a sujeira a que estão submetidas as roupas do varal e a própria residência.

REQUERIMENTO N° 3490

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de colocar um carteiro no bairro do Tanguá, mais precisamente na rua Edgard Alberto Tiemann, Almirante Tamandaré. As correspondências são entregues em um ponto comercial do bairro e causa muitos transtornos aos moradores. A conta de luz,

água e telefone são entregues em casa.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3491

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos da Escola João Oliveira Franco - Vila Fanny, quanto ao não fechamento dessa escola. Afirmam eles que houve uma reunião nessa escola com a Secretaria de Educação informando que a mesma será fechada e por este motivo todos encontram-se muito preocupados, pois seus filhos ali estudam e caso realmente este fato de concretize, muitos transtornos serão causados a todos. Pedem que a escola continue suas atividades, pois muitos alunos ali estudam e não querem ser prejudicados.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3492

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Antonina, no sentido de atender o pedido das mães que utilizam o Posto de Saúde. Elas solicitam que seja contratado um médico pediatra, o qual permaneça no posto todos os dias, uma vez que o atendimento somente duas vezes por semana e só a tarde não está atendendo a contento a população. Pedem que o presente pedido seja atendido o mais breve possível, tendo em vista que será de grande valia a toda cidade.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3494

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água no bairro de Santa Quitéria, proximidades da Rua Reinaldo Pazello. O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, tendo em vista que falta água constantemente e toda a população está sendo prejudicada.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3495

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador, no sentido de instruir ao Comando da Polícia Militar do Paraná, quanto ao atendimento do pedido dos moradores do bairro Vila Guaíra, os quais solicitam policiamento ostensivo nesse bairro, especialmente na Rua Piauí, entre as Ruas Minas Gerais e Bahia. Nas proximidades, há uma favela e as pessoas são assaltadas, principalmente no horário noturno, quando retornam às suas casas. Os assaltos ocorrem com muita frequência e toda a população encontra-se apreensiva, motivo que originou a presente solicitação.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3496

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de providenciar o rebaixamento do nível da Rua Líbia, entre as ruas Egito e Madagascar, localizada no Jardim Jalisco, em Colombo. Segundo os moradores, a rua é muito acentuada e o rebaixamento desta rua beneficiará todos que lá residem.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3497

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água na Rua Guararapes, proximidades do n° 2058 - Vila Izabel. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais afirmam que não há água durante o dia, e quando vem, à noite, vem com escassez e as caixas d'água não podem ser abastecidas.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3498

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de prestar esclarecimentos ao Senhor Luiz Antonio Ma-

cedo, residente na Rua Herval d'Oeste, nº 325 - Moradias Augusta - Campo Comprido, referente à desapropriação de um terreno localizado na Rua 14, Quadra 22 - Conjunto Graciosa, em Pinhais. Ocorre que o Senhor Luiz Antonio foi informado pela SANEPAR que no local será construída uma represa e ele encontra-se muito preocupado, pois tem a escritura do terreno e realmente gostaria de obter informações se a desapropriação irá ou não ocorrer. Se necessário maiores informações, recomendamos contato com a Senhora Reni, pelo telefone 285-1571.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3506

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestações do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores da República do Líbano, indicando o Senhor Hussein Ahmad Hamdar, para exercer o Cargo de Cônsul Honorário da República do Líbano, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de pessoa de mais alto gabarito moral, com lastros de amizade na melhor sociedade paranaense.

Sua indicação constituirá sólido alicerce nas relações libanesas-brasileiras, aproximando povos que embora de etnias diversas, cada vez mais têm interesses, aspirações em comum.

Ademais, um Consulado do Líbano no Paraná, representará retribuição à acolhida que o nosso povo dispensou aos milhares de imigrantes libaneses que tão expressivamente têm ajudado a construir a nossa riqueza.

REQUERIMENTO N° 3520

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembleia, o encaminhamento de solicitação ao Sr. Secretário de Estado de Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, para que envie a esta Casa cópia do "Complexo de Pontes Rodoviárias sobre o Rio Paraná", com a maior brevidade.

Sala das Sessões, em 23.11.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3508

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário,

seja enviado ao Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando as seguintes informações da Universidade Estadual de Maringá:

1. Orçamento executado mensalmente pelos departamentos e outros órgãos da UEM, de janeiro de 1993 a agosto de 1994;

2. número de diárias (dados físicos) de janeiro de 1993 a agosto de 1994, pagas pela UEM; e

3. resumo da folha de pagamento - total geral - referente ao código FPR 120, do período de março de 1990 a setembro de 1990.

Sala das Sessões, em 23.11.95

(aa) ÂNGELO VANHONI

IRINEU COLOMBO

EMERSON NERONE

FLORISVALDO FIER

PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Os dados acima servirão para subsidiar estudos sobre as Universidades Estaduais.

REQUERIMENTO N° 3513

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Dr. Nestor Baptista, DD. Presidente do Tribunal do Contas do Paraná, com o seguinte Pedido de Informações:

a) Pode uma Câmara Municipal determinar dois jornais diários como órgãos oficiais do município?

b) Em caso afirmativo, é legal a Câmara Municipal e a Prefeitura Municipal publicarem um mesmo ato oficial simultaneamente em dois jornais, onerando os cofres públicos?

c) Se o egrégio Tribunal de Contas entender que esse procedimento está incorreto, que providências essa Corte pode adotar?

Sala das Sessões, em 23.11.95

(a) ANTONIO BELINATI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 492/95

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Clube de Mães do Jardim Venizia - CIC, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições contratuais.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães do Jardim Venizia,

fundada em 04 de julho de 1989, inicialmente com nome de Clube de Mães de Cargas I Estação Barigüi - CIC, é mais uma entidade comunitária de Curitiba que desenvolve atividades para minimizar os diversos problemas enfrentados pela população mais carente.

O Clube de Mães do Jardim Venizia, localizado no Terminal de Cargas, na Cidade Industrial de Curitiba, não fica só em atividades relacionadas as donas de casa, atua muito mais, assim, são relevantes os trabalhos já efetuados ao longo de sua existência, como: pedido de ligação de rede de água e luz, instalação de telefone público, construção de escola, posto de saúde e creche, além da atuação das relações domésticas e da firmiação familiar.

Assim sendo, entendemos ser esta entidade merecedora da declaração de Utilidade Pública do Estado do Paraná, para tanto solicitamos o apoio dos nobres Pares deste Legislativo.

PROJETO DE LEI N° 493/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e foro em União da Vitória.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 1993, e presta atendimento a dezenas de crianças portadoras de deficiência mental, residentes no bairro de São Bernardo, um dos mais populosos de União da Vitória.

A APAE se constitui na única alternativa para estes deficientes, oriundos de famílias carentes ou de baixa renda, e que não dispõem de recursos para o custeio da aprendizagem em instituições particulares. A APAE, conta com um quadro de profissionais altamente especializados, que prestam atendimento gratuito aos excepcionais.

Pelos motivos acima expostos, e pelos relevantes serviços que a entidade vem prestando à comunidade daquele município, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 494/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O artigo 1° da Lei n° 9.388 de 28 de setembro de 1990, que criou o Mu-

nicipio de Rio Branco do Ivaí, "ad referendum" do resultado do plebiscito, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado, "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Rio Branco do Ivaí, com território desmembrado dos Municípios de Grandes Rios e Rosário do Ivaí, com sede na localidade do mesmo nome e os seguintes limites e confrontações:

1 - Com o Município de Grandes Rios

Inicia no rio Ivaí na divisa entre a 8ª e 5ª seção, segue por esta divisa na direção geral nordeste até encontrar a estrada Espigão Mestre no divisor de águas entre os rios Ivaí e Rio Branco, segue por esta estrada até encontrar a Água Bolha Fria, desce por esta até sua foz no Rio Branco, desce por esta até a foz da Água São João Batista, sobe por esta até encontrar o ribeirão das Antas.

2 - Com o Município de Rosário do Ivaí

Inicia no encontro de uma estrada que segue em direção a serra da Caneleira com o ribeirão das Antas, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue pela cumeeada da serra dos Porongos até encontrar a estrada Primavera-Grandes Rios, segue por esta na direção geral sudeste até encontrar a estrada Primavera-Boa Vista, segue por esta na direção geral sudeste até encontrar a estrada Grandes Rios-Reserva, segue por esta em direção a Grandes Rios até encontrar o rio Branco, sobe por este até encontrar a foz do córrego Gamelão, sobe por este até encontrar a linha de divisa do Município de Cândido de Abreu.

3 - Com o Município de Cândido de Abreu

Inicia no córrego Gamelão no encontro da linha de divisa do Município de Cândido de Abreu, segue por este acima até a sua nascente, daí, por uma linha seca, alcança a nascente do rio do Tigre, pelo qual desce até a sua foz no rio Ivaí.

4 - Com o Município de Ivaiporã

Inicia na foz do rio do Tigre no Rio Ivaí, desce por este até encontrar a divisa entre a 8ª e 5ª seção, ponto inicial de final."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(aa) ORLANDO PESSUTI
EDSON SILVA LINO
MILTINHO PUPPIO

PROJETO DE LEI N° 495/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade

Pública a Associação Brasileira de Poetas e Escritores e Jornal da Poesia, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira de Poetas e Escritores e Jornal da Poesia, fundada em julho de 1993, com sede à Rua Parantins, 990/45 - Vila Isabel - Curitiba, Estado do Paraná, entidade sem fins lucrativos, com registro no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital, no livro 6.749, com Declaração de Utilidade Pública do Município de Curitiba, tendo à sua frente o Poeta Canuto Calmon Martins de Almeida como Presidente.

A Associação tem como um de seus objetivos promover cursos, conferências, simpósios, debates e pesquisas. Portanto, promover a cultura em forma de literatura, prosa e verso.

Além de manter o Jornal Revista da Poesia, edita outro periódico paralelo que é o Jornal da ABRAPES, divulgando eventos culturais de todo Brasil. Dando oportunidade a poetas, artistas plásticos e escritores.

A Literatura, Poesia, Cultura, devem ser devidamente prestigiadas pelo Estado, estimulando assim a população a iniciar nestas atividades que tanto beneficiam a sociedade, além de divulgar nosso Estado e o País.

PROJETO DE LEI Nº 496/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica incorporada ao Município de São Jorge do Patrocínio os lotes adiante descritos de nºs 129 a 228 da Gleba São Jorge, desmembrando-os do Município de Altônia.

"Começa no Rio Paraná, na foz do Rio São João, e sobe por este até encontrar a antiga estrada Mestre, atual PR-487, que liga as cidades de Pérola e Altônia até o lote nº 1; deste ponto segue pela divisa intermunicipal até encontrar a cabeceira do ribeirão Jequitiba, pelo qual desce até a sua foz no rio Paracai; por este abaixo até a sua foz no rio Paraná, pelo qual desce até a barra do rio São João, ponto de partida".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição atendendo a vontade popular demonstrada no plebiscito, realizado no último dia 22 de outubro, quando a quase totalidade dos eleitores inscritos votaram pela incorporação dos lotes 129 a 228, da Gleba São Jorge ao Município de São Jorge do Patrocínio.

PROJETO DE LEI Nº 497/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogado o parágrafo único do art. 16 da Lei nº 9.937, de 20 de abril de 1992.

Art. 2º - O inciso III, do art. 140, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, fica restabelecido, com a seguinte redação: "se houver exercido, por 10 (dez) anos, em dois ou mais períodos descontínuos, ou por 08 (oito) anos de forma ininterrupta, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, com as vantagens do cargo em comissão ou função gratificada do nível mais elevado, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses".

Art. 3º - Voltam a vigorar, com a redação anterior, os §§ 1º, 2º e 3º do art. 140, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, acrescentando-lhes dois parágrafos, o 4º e o 5º, com a seguinte redação:

§ 4º - Se o exercício do maior cargo ou função gratificada não durou doze meses, poderá o funcionário optar pelo maior cargo em que se completou essa exigência temporal.

§ 5º - Caso em nenhum dos cargos ou funções exercidas o funcionário tenha permanecido por doze meses ou mais, a aposentadoria poderá ocorrer com as vantagens daquele cargo em que tenha permanecido maior período de tempo.

Art. 4º - Aos funcionários que se aposentam a partir de 20 de abril de 1992 e que não tinham direitos adquiridos relativamente à anterior redação do inciso III do art. 140 da Lei nº 6.174/70, aplica-se o disposto no art. 140 e seus parágrafos da Lei nº 6.174/70, com a redação dada por esta Lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 9.937, de 20 de abril de 1992, destinada principalmente ao reajuste

do funcionalismo, trouxe, embutido em um simples parágrafo, uma importante modificação no Estatuto do Funcionalismo Público Estadual (Lei n° 6.174/70), ao impedir que as vantagens de cargo em comissão ou função gratificada fossem levadas para a aposentadoria por aqueles funcionários que tivessem exercido tais atribuições durante cinco anos.

A partir de tal lei, o funcionário efetivo, quando de sua aposentadoria, não mais poderia incorporar a seus proventos as vantagens do cargo em comissão ou função gratificada.

No entanto, seria de justiça que tais funcionários pudessem ter incorporadas a seus proventos as vantagens de tais cargos, pois seu exercício demonstra justamente uma dedicação maior, um aperfeiçoamento que o funcionário retrata em sua própria vida. Se foi guindado a um cargo em comissão ou uma chefia (função gratificada), só isso já é forte indicativo de que ele era bom funcionário e que desempenhava de forma eficiente suas atribuições. Mais ainda: é sabido que o exercício de função gratificada ou cargo em comissão importa em trabalho além das horas normais, uma dedicação constante ao serviço, a sacrifícios não exigidos do funcionário comum.

O presente projeto resgata aos benefícios já previstos anteriormente pelo Estatuto do Funcionalismo Público Estadual.

No projeto, houve um aumento para a carga de anos de dedicação, de cinco para dez anos, com interrupção, ou de cinco para oito anos sem interrupção. Esse aumento implica em demonstrar, sem equívocos, que o prêmio é concedido a funcionário altamente dedicado, que passou quase um terço de sua vida funcional no exercício de cargos maiores da administração.

Com a inserção dos §§ 4° e 5° apenas se pretendeu resolver problemas de ordem prática, que poderão ocorrer dentro do funcionalismo, e para que não se acumulem processos paralisados ou questionamentos judiciais, por falta de previsão legal. Da mesma forma, o art. 4° do projeto, sem inovar na concessão dos benefícios, busca resolver uma questão de ordem temporária, para proteção da administração e do próprio servidor que tenha se aposentado no período em que o benefício deixou de ser concedido.

Do funcionalismo público foram retirados muitos benefícios. Não se deseja a restauração de mordomias ou de benesses incompatíveis com a administração pública. Mas, sim, estimular o próprio servidor a dedicar seu sacrifício pessoal e sua atenção maior a cargos em comissão ou em funções gratificadas, para que auferam um ganho maior como recompensa por sua dedica-

ção, por seu próprio sacrifício pessoal.

Assim, o autor deste projeto espera poder contar com o apoio dos nobres Pares a esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

PP. (Declina)

PMDB. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Bom dia, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria, nesta manhã de quinta-feira, usar esta tribuna para fazer um alerta a esta Casa e aos Senhores Deputados, pela situação extremamente difícil por que passa a habitação no Paraná.

Sabem os Senhores, especialmente os Deputados da Região de Maringá, e queria chamar a atenção aqui de três dos Deputados que estão aqui presentes: o Nerone, o Joel Coimbra e o Marquinhos Alves, sobre um fato que ocorreu, na semana passada e ainda nesta semana se desdobra, que foi o lançamento em Maringá, do programa Pró-Moradia, que é realizado com recursos do FGTS, com a parceria do Governo do Estado, para a construção de casas de 44 metros quadrados, com financiamentos pela COHAPAR, de 5 mil reais, e que exige que o cidadão tenha um terreno de no mínimo 250 metros quadrados.

Parece-me que em Maringá a exigência até é de 300 metros quadrados, para poder construir a sua casa.

Ocorre, Senhor Líder do Governo, se Vossa Excelência parasse de pensar um pouco na violência que sofreram os agricultores sem-terra de Santa Izabel do Ivaí, o Senhor também podia refletir sobre o que ocorreu em Maringá.

A COHAPAR alocou, Deputado Rossoni, 150 casas para serem construídas na Cidade de Maringá e os técnicos de Maringá esperavam lá, é claro, que pudessem fazer a inscrição de cerca de mil, como foi o que ocorreu, quando houve lá a inscrição Casa da Família, para duas mil casas. Tivemos lá, cerca de oito mil inscrições, se não me falha a memória.

O Sr. Algaci Túlio - E aquelas casas lá em Santa Izabel do Ivaí?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Aquelas casas, Deputado, são frutos do superfaturamento das casas do Governo Collor, aquelas de Santa Izabel do Ivaí, e o mais interessante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que das 150 casas que foram colocadas à disposição da população de Maringá, se inscreveram 30 maringaenses, Se-

nhor Presidente, trinta. E sabem quantos, efetivamente, se mostraram interessados? Cinco. Por que cinco?

Está é, Deputado Rossoni, a divergência que tenho muitas vezes, com programas habitacionais, que não respeitam a realidade do nosso Estado.

Moradia popular tem que ter subsídio. O programa da Vila Rural do Governador Jaime Lerner, é um programa subsidiado e se não fosse subsidiado, não seria possível.

O que ocorre: se exige, no caso das casas que foram colocadas à disposição da população de Maringá, Deputado Rossoni, uma renda mínima de 233 reais e máxima de 300 reais, entre 233 e 300 reais, ou seja, para as famílias que ganham até 3 salários mínimos. O que ocorre? Ocorre, que é obrigatório a essas famílias serem possuidoras de um lote urbano na Cidade de Maringá, quitado, para poder ter acesso a esse financiamento, que vai ter uma prestação que vai ser muito alta para essas famílias pagarem.

Por isso, vejam só, uma prestação de cinquenta e um reais, é uma prestação cara para quem ganha trezentos reais, Deputado Nelson Garcia, o Senhor sabe muito bem disso.

Então, o que ocorre? Ocorre que um maringense, que conhece o programa Casa da Família, que podia ser executado naquele município, pelo Prefeito Sayd Ferreira, que de repente não tem aonde morar, porque claro, ele não tem como participar desse programa, pela falta de lógica que tem, de se oferecer um financiamento de cinco mil reais para quem ganha trezentos reais por mês, distante de ter o terreno quitado, é claro, que assim não vai se conseguir fazer casa popular.

Por isso, quero fazer um apelo ao Governo, para que retorne a transferência de recursos para os municípios paranaenses do Programa Habitacional Casa da Família, que está paralisado pela falta de recursos que não estão sendo transferidos às Prefeituras Municipais.

Cobramos aqui, no início do ano ainda, e no meio do ano, melhor dizendo, logo depois no segundo semestre, que se fizesse um aditivo em relação aos contratos da Casa da Família, Deputado Rossoni, o Senhor veja a contradição que se oferece, cinco mil reais numa casa de 44 m², é só um banheiro, não há divisão interna desse financiamento.

E a Casa da Família, que são três quartos, com porta, com janela, com forro, coberta com telha, uma casa bem construída, bem aprimorada, é o financiamento de dois mil setecentos e cinquenta reais.

Então, vejam só, Senhores Deputados, Senhora Deputada, a incoerência do Governo

que está, na realidade, massacrando, desgraçadamente, as Prefeituras de todos os municípios do Estado, que Deputado Rossoni, naqueles municípios que o Senhor representa, o Senhor não sabe mais o que falar para os seus Prefeitos, porque o Governo não tem sensibilidade.

Já falei, muda o nome da Casa da Família, mas não param de construir casa boa, barata neste Estado com prestação que o trabalhador pode pagar, uma prestação de no máximo 20%, e no caso de Maringá, quero fazer um apelo aos Deputados de Maringá, solicitem à Secretaria Especial de Política Habitacional que faça parceria com o Município de Maringá. O Prefeito Sayd Ferreira que está sem partido, mas é o Prefeito que trabalha em favor da Cidade de Maringá, Presidente Anibal Khury, faça parceria com o Município de Maringá.

Só para concluir Senhor Presidente, faça parceria que certamente teremos um resultado muito positivo e mais cento e cinquenta famílias poderão participar desse programa, que é feito de recursos do Governo Federal, mas que é gerenciado pela COHAPAR, como se já na lógica e o bom senso sobre o risco de que daqui a pouco o Governo do Estado não tem que devolver o dinheiro do FGTS por não ter podido aplicá-lo num programa correto e eficiente para a geração de moradia da população de baixa renda com um preço que a população pode pagar. Porque uma casa para o povo mais pobre tem que ser assim, tem que ser subsidiada com uma prestação que esse povo pode pagar.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

PT, PSC, PDT, PSDB, PFL (Declinam)

PPB - Com a palavra o Deputado João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje quero registrar, o crescimento da sigla do PPB, Partido Progressista Brasileiro no cenário nacional.

É que antes de ontem contamos com a presença de importantes lideranças do nosso Estado, que filiaram mais 11 Deputados, somando, totalizando 88 na Bancada Federal.

É importante que os nossos líderes aqui do Paraná é que têm feito um trabalho muito bom a nível federal e que conseguiram elevar o número da nossa representação do PPB, a nível federal. Além de 11 Deputados Federais, o Governador de Roraima.

Então, foram vários Partidos que se somaram a nossa Bancada, como PFL, PPB, PMDB, e até dois do PSDB, de vários Esta-

dos do nosso País. E o importante, neste momento, é que o Partido continua com a proposta do enxugamento de siglas partidárias do País, diminuindo os Partidos. As adesões como essas vêm refletir a importância de se optar por um Partido que oferece garantias e boas possibilidades de governabilidade, oferecendo uma indispensável representação a nível federal na busca de interesses regionais.

No Paraná lamentamos algumas baixas, mas vale ressaltar que apesar disso continua grande e aguardamos o ingresso de Deputados Estaduais e Federais na nossa sigla Partidária que vão abrilhantar mais a representatividade de nossa legenda do Estado, essas lideranças que estão por aderir são esperadas com muito entusiasmo, pois representam significativa fatia do eleitorado paranaense. Além do mais, o PPB contabiliza o principal atrativo às lideranças que desejam concorrer às eleições de 96, pois com o número da representatividade em Brasília, na Câmara dos Deputados hoje com 88 Deputados, poderemos lançar o limite máximo de candidatos às eleições para Vereadores nos municípios. Além disso contamos com a terceira maior Bancada e o terceiro maior horário de rádio e televisão no horário gratuito do programa eleitoral.

É por isso, Senhores Deputados e Senhora Deputada, que ressaltando o trabalho importante que vem desenvolvendo a Bancada Federal do PPB do Estado do Paraná, Bancada essa que vem conquistando as adesões nacionais e que praticamente coordena estes trabalhos que veio colocar o PPB paranaense com a boa opção de legenda partidária, considerando a relação harmônica e homogênea entre os membros que fazem parte da Executiva Regional.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Primeiramente cumprimentar a Vossa Excelência e ao Deputado Cesar Seleme, que nesta Casa representam tão brilhantemente este vosso Partido e essa agremiação que realmente soma com as outras representações políticas nesta Casa a sustentação do Governo do Estado do Paraná, Jaime Lerner. Sabemos perfeitamente bem que, a nível de Nação, esse seu Partido também tem dado mostras do interesse na solução dos problemas nacionais e nada mais justo que nesta oportunidade, além de cumprimentar as duas pessoas presentes nesta Casa, desse Partido, cumprimentar também a sua direção Executiva, tanto estadual, quanto nacional, que tem procurado de todas as formas possíveis acelerar, não só a democratização, mas o encontro da Nação na razão de todo o povo brasileiro nos seus

anseios.

Meus parabéns, João Techy extensivo ao ilustre companheiro Seleme de vossa Bancada, nesta Casa.

Obrigado, Deputado.

O Sr. Cesar Seleme - Parabéns a Vossa Excelência pelo seu pronunciamento, dando a posição do nosso partido a nível nacional, a nível regional e gostaria de deixar esclarecido também, nesta Casa, que outros companheiros: Deputada Irondi, Deputados Duílio Genari e Augustinho Zucchi, também fazem parte deste nosso Partido agora e nesta sustentação, como o Deputado Zuk bem falou, ao Governo do Estado, que nós acreditamos e estamos dando todo o nosso apoio.

E fico agradecido por Vossa Excelência, realmente retratar e relatar para o nosso companheiro da Assembléia o grande crescimento do nosso Partido a nível nacional que com toda a certeza nas próximas eleições, para presidente, teremos o Presidente pelo PPR.

Parabéns a Vossa Excelência.

O SR. JOÃO TECHY - Obrigado pelo aparte, e temos reuniões semanais, onde temos provisórias em 250 municípios, é um trabalho árduo, que continua procurando fechar completamente os municípios do nosso Estado com provisórias do PPB. Qualquer conhecimento a respeito do nosso trabalho partidário, que acreditamos feito em termos de Partido, um grande trabalho. Temos nos reunido todas as semanas nas segundas-feiras, para manter e continuar esse grande trabalho partidário.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes haverá leitura de uma mensagem.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Garcia) - (Lê):

"MENSAGEM Nº 079/95

Curitiba, 13.11.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que as autarquias e fundações criadas na estrutura do Poder Executivo, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro, exclusive os recursos de aplicação vinculada.

A medida constante do anteprojeto de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da Administração,

sendo indiscutivelmente oportuna e necessária, eis que ensejará condições legais para implantação do sistema de transferência ao Tesouro Estadual de saldos financeiros disponíveis em Autarquias e Fundações pertencentes ao Executivo, além de autorizar a instituição de uma gestão unificada dos recursos financeiros de sua administração, direta e indireta.

Tal proposição justifica-se pela necessidade de dotar a Administração Estadual de um sistema de vasos comunicantes de recursos financeiros disponíveis em determinadas ocasiões pelas unidades da administração indireta (autarquias e fundações), passíveis de serem transferidos ao Tesouro Estadual, sem prejuízo dos programas desenvolvidos pelas unidades quando de eventuais necessidades de recursos adicionais. No inciso I, do artigo 2º, é prevista autorização ao Poder Executivo para a operacionalização do sistema, limitando em até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro o montante possível de transferência, mediante o estabelecimento do período base de apuração contábil do saldo financeiro disponível, do percentual e do prazo para o recolhimento ao Tesouro, conforme definições técnicas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda, e, no inciso II, do mesmo artigo, está contida autorização para abertura dos necessários créditos adicionais para a execução da transferência de recursos financeiros, conforme disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Por fim, o inciso II, do artigo 2º, do anteprojeto de lei em causa, autoriza o Poder Executivo a instituir a Gestão Unificada dos Recursos Financeiros do Estado, envolvendo recursos de todas as fontes e proporcionando o controle global das disponibilidades financeiras da administração.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 23.11.95

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado"

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 079/95, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei dispondo que as autarquias e fundações criadas na estrutura do

Poder Executivo, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro, exclusive os recursos de aplicação vinculada. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 0958, subscrito pelo Senhor Procurador-Geral de Justiça, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que visa instituir o quadro e o plano de carreira dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, em nº de 02 (dois) constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Edson Lino e Milton Puppio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Dep. Joel Coimbra, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação do Proj. de Resolução nº 58/95. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 058/95 de autoria dos Deputados Emerson Nerone e Marquinho Alves que revoga a Resolução nº 40/95, que autorizou a realização de plebiscito para a criação do Município de Iguatemi do Paraná, desmembrando-o do Município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 160, de 16.11.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 058/95

P A R E C E R:

Esta Comissão recebe para análise e julgamento o Projeto de Resolução nº 058/95, de autoria dos Deputados Emerson Nerone e Marquinhos Alves.

A proposição visa revogar a resolução

nº 40/91, que autorizou a realização de plebiscito para a criação do Município de Iguatemi do Paraná, desmembrado do Município de Maringá.

Justificam os autores que: "a população de Iguatemi está muito satisfeita com o atendimento dado pela Prefeitura de Maringá, que tem suprido todas as reivindicações daquela comunidade, o que não acontecia quando da aprovação do plebiscito pela Assembléia Legislativa do Paraná.

Apresentamos em anexo, para fazer parte integrante desse relatório, um histórico sobre as características e condições de Iguatemi, bem como uma relação das obras realizadas e programadas para a localidade.

Trata-se de localidade pujante, com uma população aguerrida.

É louvável o esforço de segmento da população em ver o distrito emancipado, mas não é correto dizer que esteja ocorrendo discriminação. Ao contrário, obras de vulto foram ali realizadas e outras estão programadas.

É exagerado dizer, também, que a população não queira emancipar-se, tanto que existe ali uma comissão de emancipação. Existe, é certo, duas correntes; um grupo almeja a emancipação, outro é contrário a ela.

A proposição merece acolhida.

A propósito, a Lei Complementar nº 56/91, dispõe sobre a criação de municípios e é taxativa:

"Art. 2º - Nenhum município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos.

I população estimada, superior a 5000 habitantes".

A prova da população deve ser feita mediante certidão atual, fornecida pelo IBGE.

A propósito trazemos à colação o entendimento manifestado pelo jurista Egas Muniz de Aragão, ao relatar o Processo 10521, relacionado à criação do Município de Guamiranga:

"Tendo, pois, como viável o procedimento que deságua na realização do plebiscito, para poder levá-lo avante, no entanto, necessita o Tribunal informação autêntica sobre a população atual da área do futuro município".

Ora, esse elemento não existe, porque não foi juntado ao processo a certidão do IBGE, versando sobre a população atual de Iguatemi. Não existe a certidão porque Iguatemi não possui os 05 (cinco) mil habitantes que a lei exige, como um dos requisitos essenciais para criação de município.

Diante do exposto, somos de parecer favorável ao Projeto.

Sala das Comissões, em 21.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA
Presidente e Relator

Em Votação:

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente estou vendo aqui na Ordem do Dia, quinta-feira, o Projeto de Lei nº 431 e o 433 que constam da Ordem do Dia, autorizando contratação de empréstimo externo eles constam em 2ª Discussão, quando me parece que estes dois projetos estariam em 1ª Discussão, estou equivocado ou não?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. está equivocado, aprovados no dia 1º de novembro e 21 de novembro, os dois projetos. E estes projetos que coloquei Emenda, após o encerramento da discussão eles voltarão à Comissão. Votação em 1ª Discussão do Projeto de Resolução nº 58/95. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 230/95 de aposentadoria em cargos e empregos temporários. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 72, de 20.06.95).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 376/95 que dispõe sobre as doações, em vida, de órgãos e tecidos passíveis de serem transplantados quando de sua morte e outros atos inerentes aos transplantes de qualquer natureza. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 141, de 23.10.95).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 406/95 que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Adhemar de Barros, com sede e foro no Distrito de Adhemar de Barros, município de Terra Rica, Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 406/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Adhemar de Barros, com sede no Distrito de Adhemar de Barros e foro no Município de Terra Rica.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.11.95.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/95 que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de Crédito Externo até o valor de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares americanos), junto ao Banco Interamericano de desenvolvimento - BID, para financiamento do Projeto Expansão, melhoria e inovação no ensino médio do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Subemenda à Emenda Modificativa da CCJ de Plenário de nº 01 de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, devidamente aprovada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 431/95

SUBEMENDA À EMENDA MODIFICATIVA DA C.C.J. DE PLENÁRIO DE Nº 01

O Art. 2º - do Projeto de Lei nº 431/95, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - "Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer garantia e contragarantia sobre o valor da operação de crédito a ser contratada, podendo, para tanto, vincular as quotas - partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto no art. 159 da Constituição Federal, observadas suas vinculações".

Sala das Sessões, em 22.11.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Apoiamento: Carlos Simões, Caíto Quintana, Irineu Colombo, Toti Colaço, Irondy Pugliesi, Renato Adur, Péricles Mello, Doutor Rosinha e Emerson Nerone.

PROJETO EXPANSÃO, MELHORIA E INOVAÇÕES NO ENSINO MÉDIO

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS

A demanda por ensino médio, no Brasil, tem sido tratada como resultado de um longo represamento das expectativas de extensão da escolaridade por parte de um contingente heterogêneo de adolescentes e jovens adultos, que tem como alvo principal o ingresso no ensino superior. De maneira que, mesmo ampliando a oferta, esta seria insuficiente para atender a todos os candidatos.

Em algum grau, esta imagem corresponde às evidências mais imediatas reveladas às autoridades educacionais. Em vários mu-

nicipios foram implantadas escolas médias, ainda que, com precariedades evidentes, em pouco tempo, esta mostravam-se sobrecarregada, demandando suprimentos e expansões.

Dentro deste quadro, a rede de ensino médio foi alcançando todos os extratos de tamanho da rede urbana. Atualmente, no Paraná, praticamente todas as sedes urbanas têm pelo menos um curso de ensino médio. Dos 371 municípios existentes hoje, 365 sediam alguma oferta; e a rede estadual mantém 738 unidades de oferta. Boa parte delas, oferece mais de um curso, o que corresponde a 1.283 cursos que abrigam quase 290 mil alunos, apesar de mais de um terço desses não disporem de condições suficientes para obter o reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação.

Compete à rede estadual a quase totalidade da expansão da oferta. A capacidade das escolas municipais é quase negligível: não passou de duas centenas de alunos durante 80 anos e está chegando a meio milhar no presente.

Esta expansão alimenta-se de duas fontes: um crescimento lento das conclusões do ensino regular de 1º grau em grande parte da década passada e um alentado contingente de concluintes do ensino supletivo. Seu direcionamento ainda segue o padrão dos anos 60-70. Embora tenha havido algum crescimento dos cursos de Educação Geral, manteve-se significativo o crescimento do número de cursos e alunos nas habilitações para o Magistério e Contabilidade, os quais, juntos, perfazem praticamente metade das matrículas. Nenhuma das 27 demais modalidades de habilitações existentes ultrapassa uma participação maior do que 1% oferta total.

Políticas, levadas a cabo nos últimos anos, começam a apresentar alguns impactos sobre essas estruturas. As medidas visando melhorar o desempenho das séries iniciais do ensino de 1º grau, parecem mostrar algum efeito sobre o rendimento escolar. Adotadas com maior amplitude a partir de meados dos anos 80, seus efeitos sobre as conclusões começam a emergir.

O Estado deve estar preparado para um novo surto de expansão da demanda primária por ensino médio, em razão das medidas voltadas à Qualidade no Ensino Público do Paraná, integrantes do projeto parcialmente financiado pelo BIRD, que certamente isso imporá esforços consideráveis para dar suporte infra-estrutural ao aumento de oferta.

Ao se manter a composição atual de habilitações e dos correspondentes planos curriculares se poderá superar as disponibilidades efetivas de recursos de toda ordem. Desde logo, verifica-se que quase

dois quintos dos cursos não obtiveram reconhecimento, por carência de meios essenciais - carência de professores bem formados; demanda por equipamentos convencionais e até substituíveis

A expansão considerável das habitações para o Magistério e Contabilidade devem ser redirecionadas para outras linhas de formação média. Assim, com um número reduzido de cursos e menos alunos é mais provável conseguir oferecer uma formação geral e pedagógica superior a que esses cursos hoje oferecem.

Algumas idéias inovadoras já estão presentes nos estudos e propostas em exame e desenvolvimento na SEED-PR. Uma delas é a de oferecer um leque mais amplo de habilitações. Complementarmente, seria possível experimentar novas modalidades de educação pós-secundária e programas menos formalizados.

Assim, o que se exige não é uma grande ampliação da oferta, mas sim maior precisão no ajuste entre os tipos e localização das habilitações oferecidas e as especificidades e qualidade das demandas realmente postas pelo crescimento industrial do Estado.

Sejam quais forem os caminhos escolhidos, nestes segmentos, eles, e a demanda geral, exigirão notável empenho na melhoria dos currículos de educação geral. E correspondentes esforços na qualificação dos docentes, no aperfeiçoamento da gestão escolar e, notadamente, na disseminação de inovações pedagógicas.

Um fator importante para atender com eficiência e oportunidade a essas demandas reside nas propostas do Governo do Estado, fundadas: (01) na consolidação do "agrobusiness" e de cadeias de produção pertinentes à constelação de recursos econômico-espaciais de desenvolvimento, e, (02) de uma política educacional consistente com essa estratégia, orientada pelos projetos de elevação da qualidade de vida da população em geral e, em particular, pela redução da pobreza e desigualdades sociais.

Os princípios reitores desta política do Governo, se assentam na (1) permanência do aluno na escola; (02) em professores adequadamente capacitados e valorizados profissionalmente; e (03) na participação da comunidade na condução do sistema educativo.

A possibilidade de realizar uma operação de crédito externo, através do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, acrescenta consideráveis margens de viabilização de tais políticas.

Assim, o objetivo geral do Projeto Expansão, Melhoria e Inovações no Ensino Médio, poderia ser consubstanciado da seguinte forma:

"Ampliar a oferta de oportunidades de

ensino médio, aprofundando a educação básica e proporcionando formação para o trabalho, elevando a qualidade e pertinência das aprendizagens proporcionadas e equalizando sua acessibilidade, segundo as necessidades educativas dos vários segmentos sociais do Estado e os requerimentos de qualidade do trabalho colocados pela estratégia de desenvolvimento adotada pelo Governo do Estado."

Este objetivo geral, a seu turno, desdobrar-se-á em três linhas estratégicas:

1) Expansão e equalização da oferta de educação geral e a reestruturação da oferta de educação tecnológica.

2) A melhoria dos resultados de aprendizagem das escolas médias e de suas condições de desempenho.

3) A incorporação e disseminação de inovações pedagógicas e técnicas nos processos e padrões de organização do ensino, na administração e na gestão das escolas.

Importa registrar, que sob a ótica deste Governo, a questão educacional é o ponto nevrálgico para a retomada do desenvolvimento estadual sob novas bases, e para uma reestruturação produtiva eficaz com vistas a promoção da igualdade de oportunidades e da formação de cidadania.

Não há votação. O projeto retorna à Comissão de Justiça e de Educação, por 48 horas. O projeto retornará na terça-feira.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 433/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/95 que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), junto à "The Overseas Economic Corporation Fund of Japan", para financiamento de parte do projeto de saneamento ambiental do Paraná, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO PARANÁ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Muito embora o Paraná seja o Estado de maior consciência ambientalista do Brasil, este conceito somente se internalizou há alguns anos atrás.

Anteriormente, do mesmo modo que na maior parte do planeta, não havia qualquer preocupação pela terra, ar e água. O preço dessa negligência, no Paraná, tem sido o enfrentamento de problemas com a poluição do solo e da água, os quais vêm afetando a vida de milhões de cidadãos paranaenses.

A mortalidade em razão de problemas com intoxicação, cólera, hepatite, e ou-

tras enfermidades, registra índices quase duas vezes maior que os dos principais centros nos países desenvolvidos.

No Paraná, as áreas mais afetadas por estes problemas são os centros agrícolas no norte e oeste do Estado e as cidades que formam a Região Metropolitana de Curitiba, e áreas de influência, incluindo a Região Litorânea.

Devido ao rápido e desordenado crescimento da Região Metropolitana de Curitiba, aliado aos limitados investimentos públicos no setor de infra-estrutura básica e de serviços, culminaram para o atual déficit de serviços, em especial no sistema de produção e distribuição de água potável.

Em determinados períodos do ano, o déficit no abastecimento de água pode variar de 10% a 25%, razão pela qual as autoridades responsáveis pela área de água e esgoto são forçadas a implementar programas de racionamento, que afetam 70% da população. Esta medida, traz consigo outra sorte de problemas, visto que muitos moradores na busca de alternativas, vêm perfurando poços para consumo próprio, e assim utilizando água não tratada e contaminada.

Em alguns lugares, somente 25% da população é atendida pelo sistema de abastecimento de água.

A Região Litorânea padece enormemente durante a temporada de verão, quando a população salta dos 100.000 para 500.000 habitantes. Este aumento espetacular de população prejudica todo o sistema de abastecimento de água, bem como sua manutenção.

Assim, face aos problemas existentes no sistema de abastecimento de água, e aos poucos recursos financeiros, as autoridades sanitárias vêm destinando a maior parte dos recursos a esse sistema, ficando muito pouco reservado à manutenção e ampliação do sistema de esgoto.

Na Região Metropolitana de Curitiba e áreas de influência, menos de 40% do esgoto é coletado, e destes, apenas uma ínfima parte é tratada.

O esgoto não tratado vai diretamente para os rios que compõem a Bacia do Iguaçu, a qual se constitui na principal fonte de água potável. Este esgoto, também infiltra-se nos lençóis de água subterrâneos, os quais servem como fonte para poços.

Em alguns pontos da Região Litorânea, ou utiliza-se a rede coletora construída há 80 anos atrás, ou não há coleta de qualquer espécie. Nos locais onde não há sistema coletor de esgoto, são utilizadas fossas sépticas ou despeja-se esgoto bruto em valetas a céu aberto.

Além dos problemas, antes enumerados, relativos aos sistemas de abastecimento de água e esgotos, existem ainda problemas

que afetam, principalmente, as regiões agrícolas do Estado do Paraná, relativos à disposição de Resíduos Agrotóxicos Perigosos.

Embora, nos últimos 25 anos, tenha havido um importante progresso na tecnologia agrícola, a maioria dos produtos químicos ainda usados, tais como herbicidas, pesticidas e fertilizantes são altamente tóxicos e letais.

O manuseio e a remoção, inadequadas, desses materiais e de suas embalagens são extremamente perigosas.

Aproximadamente, há 20 anos atrás, determinados produtos químicos eram usados por todo o mundo, de maneira indiscriminada, tendo sido sua utilização proibida em função de sua alta toxicidade.

À época, o Paraná não dispunha da infra-estrutura necessária para desfazer-se de tais produtos. Com isso, os agricultores foram obrigados a mantê-los em suas propriedades. Com o passar do tempo, para a liberação de espaços inoperantes, estes agricultores passaram a enterrar, queimar, ou simplesmente jogá-los em depósitos inadequados ao armazenamento de resíduos nocivos.

Hoje, existem aproximadamente, 3.000 toneladas de resíduos químicos identificados, e outros tantos não identificados.

Problemas não menos grave, reside nas embalagens que acondicionam esses produtos químicos, pois as mesmas são igualmente tóxicas, por contato com os produtos. Muitos agricultores, inadvertidamente, as descartam em rios e lagos ou ainda as mantêm em suas propriedades sem o devido cuidado.

Cerca de 14 milhões de unidades de produtos químicos são vendidas, anualmente, aos agricultores. Destas, nenhuma é adequadamente disposta ou processada. Desse modo, o efeito cumulativo é devastador para o meio ambiente e para as pessoas que se servem da água contaminada e dos alimentos provenientes dos campos irrigados com aquela água.

A proposta para o Sistema de Abastecimento de Água para a Região Metropolitana de Curitiba, Áreas de Influência e Região Litorânea.

Aproximadamente 25% da população da Região Metropolitana de Curitiba já convive com a falta de água. Espera-se ainda maior falta de água no futuro. Nas áreas de influência, somente 25% da população é atendida por um sistema de abastecimento de água. Por esta razão, já está em fase de projeto, a construção de novas barragens para serem utilizadas como fontes de água. Para cobrir o déficit de fontes de água, as Barragens "Piraquara II" e "Pequeno" serão construídas, também, está sendo considerada como fonte alternativa a

construção de poços profundos em Aquífero Karst.

Já estão prontos os projetos preliminares para a Barragem "Piraquara II" e para a Barragem "Pequeno" estão disponíveis os estudos realizados pelo Plano Diretor para o Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Curitiba. Para o Aquífero Karst, estão disponíveis os estudos básicos.

Para utilizar a água que estará disponível destas novas fontes, será construída em toda a Região Metropolitana de Curitiba e Áreas de Influência uma maior infra-estrutura de tratamento e distribuição.

Para a Região Litorânea, este projeto consiste em fornecer água potável para as cidades localizadas ao longo da faixa litorânea. Atualmente, o sistema de distribuição de água cobre 06 cidades (Matinhos, Paranaguá, Morretes, Guaratuba, Guaraqueçaba e Antonina). A área do projeto tem uma superfície de 300 Km² e é considerada uma região de conservação ecológica.

A proposta para o Sistema de Esgoto para a Região Metropolitana de Curitiba, Áreas de influência e Região Litorânea é a seguinte:

Para a Região Metropolitana de Curitiba e Áreas de Influência, o projeto proposto para a infra-estrutura de esgoto consiste dos seguintes componentes:

- Construção de 12 novas estações de tratamento de esgoto.
- Construção de redes coletoras de esgoto, troncos e interceptores.
- Construção de 13 novas estações elevatórias.
- Aumentar a eficiência da ETE Atuba Sul com sistema de pós-tratamento.
- Expansão da capacidade das elevatórias existentes.
- Aumentar a área do serviço de esgoto, através da construção de novas infra-estruturas em áreas não servidas pela SANEPAR, mas que estão incluídas no Plano Diretor de Esgotos.
- Implementação do controle operacional.

Para este projeto será necessário construir 1191 Km de rede coletora de esgoto, a qual incluirá coletores, troncos e interceptores. Este sistema cobrirá 87% da população. Além disso, 100 Km de redes terão que ser reabilitados na bacia Belém I, na Região Metropolitana de Curitiba porque o sistema está velho e deteriorado por ligações clandestinas de água pluvial.

Na medida em que novas redes serão construídas, a capacidade das estações de bombeamento existentes terão que ser aumentadas e novas estações terão que ser construídas.

Além da expansão destas instalações, 12 novas estações de tratamento anaeróbias

deverão ser construídas para comportar o aumento de vazão de 2.813 l/s (Tabela E2).

Com relação a Região Litorânea, a SANEPAR planeja expandir os serviços existentes. Estima-se que no ano 2015 a população destas comunidades terá 298.083 habitantes, o que representa 2,5% do total da população do Estado do Paraná.

| | REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA | REGIÃO LITORÂNEA |
|---|--|---------------------|
| ETE à Construir | 12 | 6 |
| ETE à Ampliar | 2 | 3 |
| AUMENTO DE VAZÃO (l/s) | 2.813 | 862,54 |
| Elevatórias | 13 | 40 |
| Coletores e Interceptores (m) | 84.434 | 60.217 |
| Emissários (m) | - | 1.500 |
| Rede Coletora (m) | 1.091.000 | 621.989 |
| Ligações Prediais | 55.228 | 31.796 |
| Controle Operacional | SIM | SIM |
| Tabela E-2 - Infra-estrutura Proposta Para o Sistema de Esgoto. | | |

Infra-estrutura Proposta Para Disposição de Resíduos Agrotóxicos:

O plano é criar quatro centros de coleta, armazenagem e disposição em Londrina, Maringá, Toledo e Curitiba. O sistema de coleta seria dividido em regiões, levando-se em consideração que será aplicado o Plano Nacional de Eliminação de Resíduos Tóxicos. Este Plano Nacional exige que os fabricantes de produtos químicos e os distribuidores cooperem com a coleta de resíduos tóxicos e suas embalagens.

Os fabricantes e os distribuidores de produtos agrotóxicos perigosos deverão ter a responsabilidade de manter registros diários e controles dos diversos produtos que vendem. Eles terão a responsabilidade de assegurar que os recipientes onde os produtos químicos deverão retornar para serem guardados apropriadamente em depósitos temporários de armazenagem. O Estado e os municípios farão a monitoração e controle das atividades de coleta e armazenagem temporária, até que os produtos químicos sejam transportados com segurança para os centros de disposição.

As embalagens contaminadas serão removidas para incineração ou reciclagem dependendo do tipo e nível de contaminação. Os resíduos tóxicos serão incinerados juntamente com o solo com o qual estiveram em contato, pois o mesmo poderá estar também contaminado.

Estas unidades de incineração serão construídas com a tecnologia compatível com os padrões internacionais de emissão e tratarão os gases antes de sua eliminação a céu aberto.

Sobre o referido projeto, Subemenda à Emenda Modificativa da CCJ de Plenário de nº 01 de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, devidamente aprovado, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 433/95
SUBEMENDA À EMENDA MODIFICATIVA DA C.C.J.
DE PLENÁRIO DE Nº 01

O Art. 2º, do Projeto de Lei nº 433/95, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - "Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer garantia e contragarantia sobre o valor da operação de crédito a ser contratada, podendo, para tanto, vincular as quotas - partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto no Art. 159 da Constituição Federal, observadas suas vinculações".

Sala das Sessões, em 22.11.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Carlos Simões, Irineu Colombo, Toti Colaço, Péricles de Melo, Ironi Pugliesi, Renato Adur, Caíto Quintana, Doutor Rosinha e Emerson Nerone.

O projeto retorna à C.C.J. com prazo de 48 hrs. para Parecer.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/95, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público Estadual, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 152, de 07.11.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 476/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Eduardo Trevisan, o Projeto de Lei nº 476/95, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público Estadual, conforme especifica.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei nº 6994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMOES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 057/95, de autoria da Deputada Ironi Pugliesi, que revoga a Resolução nº 14/95, que autorizou a realização de plebiscito para a criação do Município de Novo Pira-

pó. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 158, de 14.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 57/95

P A R E C E R:

O projeto de resolução em referência, de autoria da Deputada Ironi Pugliesi, objetiva a revogação da Resolução nº 14/95, deste Poder, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, com vistas à criação do Município de Novo Pirapó, a ser desmembrado do Município de Apucarana.

Justifica a nobre autora a necessidade da revogação ora proposta, em razão de o Tribunal Regional Eleitoral não haver acatado o disposto no art. 2º da mencionada resolução, que assim expressa:

Art. 2º - O plebiscito para a criação do Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana, será realizado separadamente para as áreas dos Distritos de Pirapó e São Pedro. Não aprovado por qualquer um dos distritos, o mesmo não será incorporado ao novo município.

Com efeito, cotejando o texto do referido art. 2º, com o art. 1º da Resolução, da forma em que coloca a matéria, conclui-se que o TRE não poderia adotar outra posição, considerando que a recusa de um dos distritos envolvidos, em se emancipar, inviabilizaria o projeto, eis que, fatalmente, seria descaracterizado o memorial descritivo, alterando totalmente as divisas ali constantes e, com toda a certeza, até comprometendo os requisitos legais básicos exigidos para a criação de municípios, tais sejam: população, número de casas, de eleitores, renda mínima, etc.

Nestas condições e pelas razões expostas, o parecer é favorável ao Projeto de Resolução nº 57/95, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Resolução nº 057/95 por 02 (duas) Sessões.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, inclusive, na manhã de hoje, tivemos contato com a Deputada Ironi Pugliesi acerca desse assunto, e também estivemos conversando com diversos Deputados.

O que ocorre, em função do Projeto da Deputada Ironi Pugliesi, ele vem ser

apresentado, porque por ocasião da fixação da data do plebiscito, o TRE não deixou devidamente esclarecido com referência à apuração do resultado do plebiscito no Distrito de Pirapó.

Como é sabido de todos aqui na Assembléia, durante 40 dias o projeto ficou aqui, em análise, em suspenso, aguardando a chegada de um entendimento que surgiu e foi explicitado através do Artigo 2º da nossa resolução.

O Juiz e o Escrivão Eleitoral de Apucarana, têm se manifestado e deram entrevistas, inclusive à imprensa, dizendo que a apuração do plebiscito será feita de forma separada, conforme diz a resolução da Assembléia.

Em contato telefônico com o Presidente do TRE, no dia de ontem, ele disse também que será observado aquilo que dispõe a resolução da Assembléia. Solicitou-nos, no entanto, que o Presidente Anibal Khury, oficiasse ao TRE.

Temos aqui em mãos a cópia do Ofício que o Deputado Anibal Khury enviou ao TRE, que diz o seguinte:

(Lê)

"OF. GP n° 386/95

Curitiba, 23.11.95.

Senhor Presidente.

Vimos, pelo presente, solicitar os bons préstimos de Vossa Excelência, no sentido de que, o plebiscito para a criação do Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana, seja realizado separadamente, para as áreas dos Distritos de Pirapó e São Pedro, em cumprimento ao que se dispõe o artigo 2º da Resolução n° 014/95, de 23/10/95, aprovada por esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Na oportunidade, renovamos os protestos de consideração e apreço.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

Excelentíssimo Senhor

Desembargador Haroldo Bernardo da Silva Wolff

Digníssimo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral Nesta Capital"

De posse deste ofício do Presidente Anibal Khury, o Presidente do TRE haverá de responder a este Parlamento, dizendo como proceder, razão pela qual entendo que, a exemplo da vez passada, quando buscávamos o entendimento, que nós, eu e o Deputado Miltinho Puppio, aguardamos com esse projeto, não três sessões, mas dez, quinze sessões, até que se chegasse a um acordo, e que estamos pedindo pelo menos essas três Sessões como prazo para que o TRE se manifeste e possamos dar sequência, tenho certeza, a realização do plebiscito

lá em Novo Pirapó.

Nesse sentido, peço aos Senhores Deputados que aprovem esse requerimento, transferindo a votação para daqui a três Sessões, de forma que possamos ter na segunda-feira, tão logo encerrada a sessão de trabalho do TRE, que acontece as segundas e quintas-feiras, essas informações e aí, se for o caso, deliberar com documentos já emitidos pelo próprio Tribunal.

Era isso, Senhor Presidente.

A SRA. IRONDI PUGLIESI (Para Encaminhar) -

Gostaria de fazer um esclarecimento de que falei com o Deputado Pessuti, para que esse projeto possa voltar na terça-feira. Ao invés de três sessões, duas sessões, que é o prazo suficiente para que o Tribunal encaminhe esse documento, porque não é possível a população de Caixa São Pedro confiar, como está hoje, proposta pelo Tribunal ao plebiscito que será conjunto, porque não dá para confiar, porque só na palavra do Juiz de Apucarana é que se tem que o plebiscito será feito em separado, dentro da resolução do Tribunal não encontra-se nada, está aqui nas minhas mãos, que foi pedido pela C.C.J., que encaminhou a resolução do Tribunal, o Edital n° 60/95 lá de Apucarana e também a do Tribunal daqui, Processo n° 12.697, que será em conjunto, e a população de Caixa São Pedro não pode confiar naquilo que está escrito, imagine se fosse naquilo que foi feito verbalmente.

Portanto, peço ao Deputado Pessuti que esse projeto volte na terça-feira. Concorde, Deputado Pessuti?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sou um Parlamentar de muitos acordos, então concordo com mais essa proposta da Deputada Irondi, para que seja na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento retificado para duas sessões. O projeto retornará na próxima terça-feira, se o Plenário aprovar o requerimento do Deputado Pessuti.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento n° 3518, de autoria do Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3483, de autoria dos Senhores Deputados Sâmis da Silva, Beto Richa, Toti Colaço, Luiz Carlos Zuk e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3502, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3503, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3504, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3505, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3515, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3465 a 3467, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3468 e 3476, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3471 e 3472, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3473, 3474, 3477, 3519 a 3523 e 3525, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3475, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3478, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3479, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3480, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3481 de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3482, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3484, de autoria do Senhor Deputado Edgard Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3485, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3486 e 3487, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3488 a 3498, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3499 e 3524, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3500, de autoria dos Senhores Deputados Joel Coimbra, Emerson Nerone e Marquinhos Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3501, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3506 e 3507, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3511 e 3512, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3513, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3514, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3516, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3462, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa.**

Requerimento n° 3508, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Doutor Rosinha, Emerson Nerone e Péricles de Mello, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 3469, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora re-

gimental, com a seguinte

e do Projeto de Resolução n° 058/95.

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s:
426, 435, 438, 465 e 466/95.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s:
437, 442 e 476/95.

Levanta-se a sessão.